

2012
dezembro

Síntese da Execução Orçamental

Ministério das Finanças

Direção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental
Publicação mensal
Elaborado com Informação disponível até 21 de dezembro

Direção-Geral do Orçamento
Telefone: 218846300
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>
Endereço *email*: dgo@dgo.pt

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	3
SÍNTESE GLOBAL.....	3
SUBSETOR ESTADO.....	7
SÍNTESE	7
RECEITA	8
DESPESA	13
SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÔNOMOS	16
SÍNTESE	16
RECEITA	18
DESPESA	18
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)	20
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE	22
SÍNTESE	22
RECEITA	23
DESPESA	23
SEGURANÇA SOCIAL	24
SÍNTESE	24
RECEITA	26
DESPESA	26
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	27
SÍNTESE	27
RECEITA	28
DESPESA	29
ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....	30
SÍNTESE	30
RECEITA	31
DESPESA	31

Índice de quadros:

Quadro 1 – Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011	5
Quadro 2 – Execução orçamental do Estado (janeiro a novembro)	7
Quadro 3 – Execução Orçamental da receita fiscal do Estado (janeiro a novembro)	9
Quadro 4 – Reembolsos (janeiro a novembro).....	11
Quadro 5 – Execução orçamental da receita não fiscal do Estado (janeiro a novembro)	12
Quadro 6 – Execução orçamental de Despesa do Estado (janeiro a novembro).....	13
Quadro 7 – Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a novembro)	16
Quadro 8 – Saldo Global do Subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a novembro) – excluindo EPR.....	18
Quadro 9 – Saldo Global das Entidades Públicas Recllassificadas (janeiro a novembro)	20
Quadro 10 – Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a novembro).....	22
Quadro 11 – Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a novembro)	24
Quadro 12 – Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a novembro)	27
Quadro 13 – Execução orçamental da Administração Local (janeiro a novembro).....	30

Índice de gráficos:

Gráfico 1 - Saldo Global do subsetor Estado (milhões de euros).....	8
Gráfico 2 - Despesa Efetiva do subsetor Estado – VHA (%)	14
Gráfico 3 - Evolução da VH e da VHA da despesa efetiva do subsetor Estado (%)	15
Gráfico 4 - Evolução do saldo global do subsetor dos SFA - milhões de Euros	17
Gráfico 5 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros	22
Gráfico 6 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)	25
Gráfico 7 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros.....	25
Gráfico 8 - Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€).....	28
Gráfico 9 - Receita e despesa efetiva – VH (%)	28
Gráfico 10 - Evolução do saldo global da Adm. Local (M€).....	31
Gráfico 11 - Receita e despesa efetiva – VH (%).....	31

SÍNTESE GLOBAL

- O saldo da **Administração Central e da Segurança Social** relevante para efeitos do Programa de Ajustamento Económico e financeiro (PAEF)¹ situou-se em -8.639,3 milhões de euros, no final do mês de novembro. Assim, e considerando o valor provisórios do saldo da Administração Regional e Local (542,1 milhões de euros) e das entidades PAR (-84,3 milhões de euros), o saldo relevante do conjunto das **Administrações Públicas** para efeitos do PAEF, no final do mês de novembro, situou-se em -8.181,5 milhões de euros. O limite do saldo, relevante para efeitos do PAEF, das Administrações Públicas para o conjunto do ano situa-se -9.028 milhões de euros.
- A despesa da **Administração Central e da Segurança Social** até novembro registou uma variação homóloga² de -1,9%, invertendo-se o comportamento observado desde agosto. Para esta inflexão contribuiu, sobretudo, a medida de suspensão do subsídio de Natal, com reflexo nas despesas com pessoal (pessoal em efetividade de funções) e nas transferências (pensionistas).

Por sua vez, a despesa primária decresceu 3,5%, que compara favoravelmente com -0,8% até outubro.

De referir que, apesar de a despesa ter decrescido, as variações homólogas registadas encontram-se ainda influenciadas pela despesa associada à regularização de dívidas do Serviço Nacional de Saúde relativa a anos anteriores. Excluindo este efeito, as taxas de variação que se obteriam seriam de -4,1% e -6%, respetivamente, para janeiro a novembro e novembro.

As despesas com o pessoal diminuíram 18,4% (-13,7% até outubro), refletindo o efeito decorrente da medida de suspensão dos subsídios de férias e de Natal, bem como a evolução do número de funcionários. De salientar que a variação homóloga mensal foi de -47,1%, resultado que compara com -6,1% em outubro.

A despesa com bens e serviços e outras despesas correntes cresceu 9,7% (13,2% até outubro), evolução atribuível ao já referido efeito da regularização de dívidas do SNS. Corrigido este fator, estas despesas teriam registado uma redução de 5,5% (-3,6% até outubro).

A despesa com juros e outros encargos da dívida, no período em análise, aumentou 13,5% relativamente ao período homólogo de 2011 em linha com a variação observada até ao mês anterior (13,8%).

As transferências correntes desaceleraram para 0,6% (3,0% em outubro), evolução que acompanha o decréscimo mais pronunciado das pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações, I.P.³, em resultado da medida de suspensão do pagamento do subsídio de Natal aos beneficiários daquele sistema. Persiste a pressão sobre esta rubrica de despesa resultante do comportamento das pres-

¹ Como tem vindo a ser referido, este saldo difere dos valores apurados na ótica de recebimentos e pagamentos, nos termos do Memorando Técnico de Entendimento do PAEF, uma vez que se procede à exclusão da receita dos fundos de pensões (2.783,9 milhões de euros) e dos pagamentos de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde (1.408,2 milhões de euros), bem como a outros ajustamentos (63,2 milhões de euros).

² As comparações homólogas são realizadas considerando universos comparáveis. Assim, nas comparações homólogas referentes à Administração Central e aos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) não são consideradas as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

³ -9,4% até novembro que compara com -4,4% até outubro.

tações relativas ao subsídio de desemprego e de apoio ao emprego (+23,6%) e dos encargos associados ao pagamento de prestações aos pensionistas abrangidos pelo regime contributivo dos bancários.

As transferências de capital registaram uma redução de -23,3% refletindo os efeitos base da execução de 2011 associados à regularização de responsabilidades financeiras do Estado perante as concessionárias de infraestruturas rodoviárias, bem como à operação de cessão de créditos realizada em 2011 pela CGA.

- A **receita efetiva** até novembro registou uma variação de 0,1%, face ao período homólogo de 2011, devido essencialmente à contabilização do montante de 2.687,1 milhões de euros relativos à transmissão da parte remanescente da titularidade dos ativos dos fundos de pensões das instituições de crédito (IC).

Excluído este efeito, a receita efetiva registaria uma redução de 4,7%, mais acentuada do que a observada até outubro (por memória, -3,7% até outubro), essencialmente em resultado do comportamento da receita fiscal e das contribuições recebidas pelos regimes de proteção social.

Com efeito, a receita fiscal apresentou uma evolução negativa (-5,2%), mais acentuada que a observada até outubro (-4,2%), resultado que se deveu em maior medida à repercussão na cobrança de receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares da medida de suspensão do subsídio de Natal dos funcionários públicos e pensionistas e da não cobrança da sobretaxa extraordinária em 2012.

A redução mais acentuada das contribuições sociais (-6,4% que compara com -5,8% até outubro) é justificada sobretudo pelo impacto, no orçamento da CGA, da medida de suspensão do pagamento do subsídio de Natal do pessoal no ativo ao nível das quotas dos subscritores e da contribuição patronal das entidades.

- O saldo da **Administração Central e da Segurança Social**, considerando o universo comparável, situou-se em -6.497 milhões de euros, que traduz uma melhoria de 1.281,5 milhões de euros em termos homólogos. Por sua vez, o saldo primário foi excedentário, tendo ascendido a 315,6 milhões de euros, que compara favoravelmente com um saldo de -1.776,3 milhões de euros em 2011.

Quadro 1 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Objetivo 2012		Universo	Universo comparável (sem EPR)			Universo real			
	Orçamento Retificativo		comparável	novembro 2012			jan - novembro 2012			
	Universo Comparável	Universo Real	jan - nov 2011	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de execução mensal (%)	Execução acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Execução acumulada	Grau de execução acumulado (%)
Receita corrente	61.303,4	63.592,3	54.330,2	4.535,2	-14,3	7,4	51.879,9	-4,5	53.589,8	84,3
Receita Fiscal	36.461,4	37.181,4	31.647,0	2.886,5	-14,0	7,9	29.996,8	-5,2	30.615,4	82,3
Impostos diretos	14.468,7	14.468,7	12.667,9	908,4	-29,8	6,3	11.859,5	-6,4	11.859,5	82,0
Impostos indiretos	21.992,7	22.712,7	18.979,1	1.978,1	-4,0	9,0	18.137,3	-4,4	18.756,0	82,6
Contribuições de Segurança Social	17.033,2	17.033,2	16.205,6	1.290,1	-12,6	7,6	15.168,9	-6,4	15.168,9	89,1
Outras receitas correntes	7.808,8	9.377,7	6.477,6	358,6	-21,7	4,6	6.714,1	3,7	7.805,4	83,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	95,9	94,3	59,9	6,1	-9,1	6,4	62,5	4,2	60,6	64,3
Receita de capital	5.502,5	5.812,8	1.393,7	36,3	-9,1	0,7	3.913,6	180,8	4.091,0	70,4
Venda de Bens de Investimento	135,8	168,3	30,1	1,6	152,6	1,2	7,3	-75,7	11,6	6,9
Transferências de capital	4.302,4	4.532,4	1.088,6	49,5	377,6	1,1	3.459,8	217,8	3.631,3	80,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	37,2	20,6	9,4	0,5	2,2	1,4	7,5	-19,8	7,5	36,7
Outras receitas de capital	1.064,4	1.112,1	275,0	-14,8	-151,1	-1,4	446,5	62,4	448,0	40,3
Receita efetiva	66.805,9	69.405,1	55.723,9	4.571,5	-14,2	6,8	55.793,5	0,1	57.680,8	83,1
Despesa corrente	69.125,0	71.543,9	60.167,6	4.838,1	-25,4	7,0	59.657,0	-0,8	61.349,6	85,8
Consumo público	24.583,2	26.325,2	21.509,9	1.605,5	-38,9	6,5	20.149,4	-6,3	21.585,9	82,0
Despesas com o pessoal	11.607,7	12.293,7	12.255,8	914,3	-47,1	7,9	9.996,1	-18,4	10.605,2	86,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	12.975,6	14.031,5	9.254,1	691,2	-23,0	5,3	10.153,3	9,7	10.980,7	78,3
Subsídios	1.535,6	1.565,4	1.257,6	93,0	-4,7	6,1	1.105,8	-12,1	1.130,2	72,2
Juros e outros encargos	7.355,9	8.484,5	6.002,1	252,9	5,4	3,4	6.812,6	13,5	7.438,1	87,7
Transferências correntes	35.650,4	35.168,8	31.397,9	2.886,7	-18,1	8,1	31.589,2	0,6	31.195,5	88,7
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.474,7	1.969,6	1.850,0	177,5	15,5	7,2	2.186,6	18,2	1.768,8	89,8
Despesa de capital	3.746,2	5.120,3	3.334,8	182,3	22,1	4,9	2.633,4	-21,0	3.531,5	69,0
Investimento	985,5	2.774,9	556,7	53,1	3,9	5,4	478,6	-14,0	1.743,1	62,8
Transferências de capital	2.731,6	2.316,3	2.739,3	112,5	17,1	4,1	2.100,6	-23,3	1.725,6	74,5
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.777,3	1.362,0	1.347,7	54,2	-26,4	3,1	1.544,5	14,6	1.169,5	85,9
Outras despesas de capital	29,1	29,1	38,8	16,7	692,1	57,2	54,2	39,8	62,9	216,0
Despesa efetiva	72.871,2	76.664,2	63.502,4	5.020,4	-24,4	6,9	62.290,4	-1,9	64.881,1	84,6
Saldo global	-6.065,3	-7.259,2	-7.778,5	-448,9			-6.497,0		-7.200,3	
<i>Por memória:</i>										
Saldo corrente	-7.821,7	-7.951,6	-5.837,4	-302,9			-7.777,1		-7.759,9	
Despesa corrente primária	61.769,2	63.059,4	54.165,5	4.585,2	-26,6	7,4	52.844,4	-2,4	53.911,6	85,5
Saldo corrente primário	-465,8	532,9	164,7	-50,0			-964,5		-321,8	
Saldo de capital	1.756,3	692,5	-1.941,1	-146,0			1.280,2		559,6	
Despesa primária	65.515,3	68.179,7	57.500,2	4.767,6	-25,5	7,3	55.477,9	-3,5	57.443,1	84,3
Saldo primário	1.290,5	1.225,4	-1.776,3	-196,0			315,6		237,8	
Ajustamentos PAEF										
Garantias, empréstimos e ativos	-99,0	-99,0		-0,5			-63,2		-63,2	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas	1.500,0	1.500,0		0,0			1.408,2		1.408,2	
Fundos de pensões	-2.789,8	-2.789,8		0,0			-2.783,9		-2.783,9	
Saldo global (critério de desempenho PAEF)	-7.454,1	-8.648,0		-449,4			-7.935,9		-8.639,3	

Fonte: Ministério das Finanças

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclasseificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo.

- O **défi ce do subsector Estado** até novembro situou-se em 7.724,1 milhões de euros, resultado que compara favoravelmente com o observado em igual período do ano precedente (-9.784 milhões de euros), o que é explicado pela conjugação do crescimento da receita em 3,1% com o decréscimo da despesa em 2,3%.

O acréscimo da receita reflete, em grande medida, a contabilização da parte remanescente dos ativos dos fundos de pensões das instituições de crédito transferidos para o Estado. Excluindo este

efeito, a taxa de variação homóloga da receita situar-se-ia em -4,8%, resultado que foi determinado pelo comportamento desfavorável da receita fiscal, em consequência da contração da atividade económica e da diminuição do rendimento disponível.

Por sua vez, caso se excluísse o valor transferido para o Serviço Nacional de Saúde visando a regularização de dívidas de anos anteriores, a despesa decresceria 5,7%, enquanto a despesa primária se teria reduzido em 8,7%. Para este resultado contribuiu, em grande parte, a medida de suspensão dos subsídios de férias e de Natal, com reflexo nas despesas com pessoal dos serviços da administração direta do Estado, bem como as transferências regulares para o Serviço Nacional de Saúde e para o Ensino Superior.

- O subsetor dos **Serviços e Fundos Autónomos** registou um excedente de 409 milhões de euros. Em termos de universos comparáveis o saldo melhorou 70 milhões de euros, decorrente da diminuição da despesa com pessoal e encargos com pensões em virtude da suspensão dos subsídios de férias e de Natal bem como do efeito base de 2011 da compensação financeira relativa à incorporação do fundo de pensões da PT na CGA. O saldo global das EPR ascendeu a -703 milhões euros, sendo principalmente justificado pela despesa de investimento, despesas com pessoal e encargos financeiros.
- O saldo global da **execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde** situou-se em 1.238,1 milhões de euros, influenciado pela concretização da totalidade da transferência (1,5 mil milhões de euros) respeitante ao previsto na primeira alteração ao OE-2012, visando a regularização de dívidas de anos anteriores.
- O saldo global do subsetor da **Segurança Social** registou um excedente de 115,2 milhões de euros, inferior em 847,9 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado deriva fundamentalmente da redução das receitas de contribuições e do aumento das despesas com o pagamento de pensões e prestações de desemprego.
- O subsetor da **Administração Regional e Local** apresentou, no final do mês de novembro, um excedente de 542,1 milhões de euros, para o qual contribuiu a Administração Local com um saldo de 616 milhões de euros⁴ e a Administração Regional com um défice de 73,9 milhões de euros.

⁴ Para a Administração Local, o valor foi apurado com base no universo real de reporte (274 municípios num total de 308).

SÍNTESE

- O resultado da execução orçamental do subsetor Estado até novembro consubstanciou-se num défice de 7.724,1 milhões de euros, o qual tem implícita uma melhoria de 2.059,9 milhões de euros relativamente a igual período do ano anterior. Por sua vez, o saldo global relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira ascendeu a -8.911,2 milhões de euros, resultado igualmente favorável quando comparado com o ano precedente.

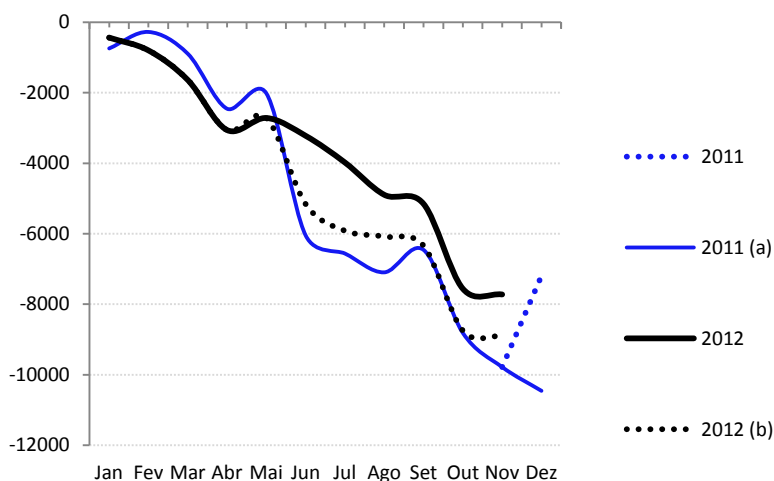
Quadro 2 – Execução orçamental do Estado (janeiro a novembro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita						
Receita fiscal	30.639,6	28.875,4	89,1	82,2	-5,8	-5,1
Receita não fiscal	3.619,5	6.430,1	65,7	85,6	77,7	8,2
Corrente	3.299,5	3.182,1	77,6	89,1	-3,6	-0,3
Capital	320,0	3.248,0	25,4	82,4	915,0	8,5
Receita efetiva	34.259,1	35.305,5	85,9	82,8	3,1	
Despesa corrente	41.412,2	40.887,0	88,7	86,9	-1,3	-1,2
Despesa corrente primária	35.427,8	34.114,2	87,9	85,9	-3,7	-3,0
Juros e outros encargos	5.984,4	6.772,8	93,9	92,4	13,2	1,8
Despesa de capital	2.630,9	2.142,6	75,6	80,0	-18,6	-1,1
Investimento	316,5	237,2	46,5	47,8	-25,1	-0,2
Transferências de capital	2.302,3	1.871,8	82,7	86,2	-18,7	-1,0
Outras despesas de capital	12,1	33,6	68,7	341,2	178,3	0,0
Despesa efetiva	44.043,1	43.029,6	87,8	86,5	-2,3	
Despesa primária	38.058,7	36.256,8	86,9	85,5	-4,7	
Saldo global	-9.784,0	-7.724,1				
Saldo corrente	-7.473,1	-8.829,5				
Saldo de capital	-2.310,9	1.105,4				
Saldo primário	-3.799,6	-951,3				

Fonte: Ministério das Finanças

- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global acumulado durante 2011 e 2012, evidenciando o efeito da transferência proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões das instituições de crédito e da transferência para o Serviço Nacional de Saúde, visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Gráfico 1 - Saldo Global acumulado do subsetor Estado (milhões de euros)



Nota: a) Excluindo, em 2011, a receita do Fundo Pensões das IC (3.263,1 M€).

b) Excluindo, em 2012, a receita do Fundo Pensões das IC (2.687,1 M€) e transferência para o SNS (regularização dívidas 1.500 M€).

Fonte: Ministério das Finanças

RECEITA

- A **receita efetiva** do Estado até novembro cresceu 3,1%. Excluindo a receita associada à contrapartida financeira pela transferência para o âmbito da segurança social dos reformados e pensionistas integrados no regime de segurança social substitutivo dos bancários, a taxa de variação homóloga acumulada da receita situar-se-ia em -4,8%.
- A **receita fiscal** líquida acumulada de janeiro a novembro de 2012 apresentou uma variação de -5,8%, face ao período homólogo de 2011 (-4,6% em novembro).
- Em novembro, a variação homóloga da receita líquida acumulada de impostos diretos situou-se em -6,4%. Subjacente a esta evolução encontra-se uma redução da receita líquida acumulada do IRS, a qual traduz uma diminuição das retenções na fonte relativamente a igual período do ano anterior em resultado, por um lado, da suspensão do subsídio de Natal dos funcionários públicos e, por outro, da não cobrança da sobretaxa extraordinária, em sede de retenção na fonte, durante o ano de 2012.
- Por sua vez, no caso da receita líquida acumulada de impostos indiretos, observou-se uma variação homóloga de -5,3%. Esta evolução reflete uma diminuição de 2,6% da receita líquida acumulada do IVA, a qual resulta designadamente das transferências, no valor de 118,4 milhões de euros, realizadas até novembro para o financiamento do Programa de Emergência Social (PES) e do Apoio

Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE), nos termos previstos na lei do Orçamento do Estado para 2012. Nestes termos, a receita líquida acumulada do IVA teria registado uma variação homóloga de apenas -1,6% sem o efeito daquelas transferências.

Quadro 3 – Execução Orçamental da receita fiscal do Estado (janeiro a novembro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Impostos diretos	12.648,3	11.837,2	86,6	81,9	-6,4	-2,6
- IRS	8.315,7	8.098,5	79,8	84,9	-2,6	-0,7
- IRC	4.285,8	3.472,8	102,5	71,5	-19,0	-2,7
- Outros	46,8	265,9	417,9	531,8	468,2	0,7
Impostos indiretos	17.991,3	17.038,2	91,0	82,4	-5,3	-3,1
- ISP	2.130,9	1.966,3	89,0	87,0	-7,7	-0,5
- IVA	12.205,2	11.885,8	91,8	82,0	-2,6	-1,0
- Imposto sobre veículos	586,5	331,7	74,2	56,6	-43,4	-0,8
- Imposto consumo tabaco	1.337,5	1.229,4	99,1	82,9	-8,1	-0,4
- IABA	158,7	153,9	81,8	72,9	-3,0	0,0
- Imposto de Selo	1.364,9	1.242,4	89,8	88,9	-9,0	-0,4
- Imposto Único de Circulação	157,8	180,2	98,6	96,4	14,2	0,1
- Outros	49,8	48,5	65,4	82,3	-2,6	0,0
Receita fiscal	30.639,6	28.875,4	89,1	82,2	-5,8	

Fonte: Ministério das Finanças

■ Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos diretos são:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – a receita líquida acumulada até novembro apresentou uma variação homóloga de -2,6%. Esta evolução resultou de uma redução das retenções na fonte em IRS relativamente ao montante arrecadado no período homólogo do ano anterior, em resultado, por um lado, da suspensão do subsídio de Natal dos funcionários públicos e, por outro, da não cobrança da sobretaxa extraordinária, em sede retenção na fonte, durante o ano de 2012;
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – a receita líquida acumulada apresentou uma variação homóloga de -19,0%; e
- Outros – a variação homóloga observada resultou, nomeadamente, do desempenho positivo da tributação sobre o património mobiliário detido no estrangeiro (RERT III), a qual atingiu o montante final de 258,4 milhões de euros, tal como descrito na Síntese da Execução Orçamental de setembro de 2012.

■ Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos indiretos são:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – a receita líquida acumulada apresentou uma variação homóloga de -2,6%, a qual traduz designadamente o efeito decorrente das transferências para o financiamento do PES e do ASECE, no valor de 118,4 milhões de euros. Re-

fira-se que, excluindo a realização destas transferências, a receita líquida acumulada do IVA teria registado uma variação homóloga de apenas -1,6%;

- Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) - a receita líquida acumulada até novembro de 2012 registou uma variação homóloga de -7,7%, o que representa uma recuperação de 0,5 p.p. relativamente à variação observada no mês anterior (por memória, -8,2%);
 - Imposto do Selo (IS) - a variação homóloga da receita líquida acumulada permaneceu em -9,0%, refletindo o decréscimo de operações financeiras entre janeiro e novembro de 2012, face a igual período de 2011;
 - Imposto sobre o Tabaco (IT) - até novembro de 2012, a receita líquida acumulada apresentou uma variação homóloga de -8,1%, em consequência da diminuição na introdução no consumo. Saliente-se, porém, que se verificou uma melhoria de 1,2 p.p. relativamente à variação observada no mês anterior (por memória, -9,3%);
 - Imposto sobre Veículos (ISV) - a receita líquida acumulada registou uma variação homóloga de -43,4%, por efeito da quebra nas vendas de veículos;
 - Imposto Único de Circulação (IUC) - a receita líquida acumulada de janeiro a novembro de 2012 apresentou um crescimento de 14,2%, relativamente a igual período de 2011; e
 - Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas (IABA) - a receita líquida acumulada registou um decréscimo de 3,0%, face ao período homólogo de 2011.
- No período de tempo decorrido entre janeiro e novembro de 2012, os reembolsos registaram um aumento de 2,4%, face ao período homólogo de 2011.

Quadro 4 – Reembolsos (janeiro a novembro)

	Milhões de euros		VH (%)
	2011	2012	
Impostos Directos	2.947,6	3.015,4	2,3
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	2.062,6	1.999,8	-3,0
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	873,8	1.014,5	16,1
Outros	11,1	1,1	-90,3
Impostos Indirectos	4.603,2	4.718,9	2,5
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	101,0	91,5	-9,4
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	4.481,0	4.588,8	2,4
Imposto sobre Veículos ISV)	1,7	15,1	n.a.
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	7,9	15,8	100,0
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,4	0,3	-32,4
Imposto do selo (IS)	6,3	7,2	14,1
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,0	0,0	n.a.
Outros	4,8	0,0	-99,9
Total de reembolsos	7.550,8	7.734,3	2,4

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos reembolsos são:
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – entre janeiro e novembro de 2012, registou-se um decréscimo de 3,0% nos reembolsos de IRS;
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) - até novembro de 2012, observou-se um aumento de 16,1% nos reembolsos de IRC; e
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verificou-se um crescimento de 2,4%, o qual resulta do aumento dos reembolsos pagos aos agentes económicos entre janeiro e novembro de 2012.

- A **receita não fiscal** regista um significativo acréscimo de cobrança de 2.810,6 milhões de euros (+77,7%), em larga medida suportado pelo desempenho das “Transferências de capital” (+2.752,7 milhões de euros), “Outras receitas de capital” (+223,3 milhões de euros) e “Outras receitas correntes” (+122,5 milhões de euros).

Quadro 5 – Execução orçamental da receita não fiscal do Estado (janeiro a novembro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Corrente	3.299,5	3.182,1	77,6	89,1	-3,6	-3,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	430,6	423,2	73,6	79,9	-1,7	-0,2
Taxas, Multas e Outras Penalidades	634,2	667,1	89,4	99,0	5,2	0,9
Rendimentos da Propriedade	253,5	301,9	62,7	65,9	19,1	1,3
Transferências Correntes	1.058,9	744,3	65,5	77,8	-29,7	-8,7
Venda de Bens e Serviços Correntes	391,0	410,9	98,0	100,9	5,1	0,5
Outras Receitas Correntes	314,8	437,3	110,5	143,8	38,9	3,4
Recursos Próprios Comunitários	155,1	145,8	87,8	85,7	-6,0	-0,3
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	61,4	51,6	84,1	73,6	-16,0	-0,3
Capital	320,0	3.248,0	25,4	82,4	915,0	80,9
Venda de Bens de Investimento	11,7	0,3	2,9	0,3	-97,4	-0,3
Transferências de Capital	49,9	2.802,6	37,9	100,0	5.516,4	76,1
Outras Receitas de Capital	60,4	283,7	11,2	32,4	369,7	6,2
Saldo da Gerência Anterior	198,0	161,4	101,7	97,5	-18,5	-1,0
Receita não fiscal	3.619,5	6.430,1	65,7	85,6	77,7	

Fonte: Ministério das Finanças

- Conforme referido em publicações anteriores, as “Transferências de capital” incluem 2.687,1 milhões de euros relativos ao valor remanescente da transmissão para o Estado da titularidade dos ativos afetos às responsabilidades dos fundos de pensões do setor bancário, sendo que em dezembro de 2011 tinham entrado 3.263,1 milhões de euros da mesma fonte. Para o acréscimo de cobrança concorrem ainda os 42,5 milhões de euros de juros de Bilhetes do Tesouro de contratos bilaterais para intervenção em operações de derivados financeiros⁵, que se traduziu na compra de 1,5 mil milhões de euros de títulos de dívida pública pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP).
- Nas “Outras receitas de capital” há a assinalar a entrega nos cofres do Estado de 272 milhões de euros relativos a receita proveniente do leilão para atribuição de direitos de utilização de frequências de radiocomunicações de quarta geração (4G, conforme previsto na Portaria n.º 218/2012, de 19 de julho).
- O acréscimo das “Outras receitas correntes” é explicado pelo comportamento dos “Prémios e taxas por garantias de riscos” (+116,6 milhões de euros relativamente a 2011) em resultado das comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado, com destaque, em termos de valores absolutos, para os concedidos ao setor bancário e, num segundo plano, a empresas do setor dos transportes públicos.
- Relativamente aos restantes capítulos da receita, destaca-se os “Rendimentos da propriedade”, a arrecadação de 62,6 milhões de euros de juros, maioritariamente resultantes de empréstimos concedidos a várias sociedades públicas não financeiras do setor dos transportes, integradas no perímetro das administrações públicas (de que sobressaem as parcelas de 29,0 milhões de euros e 24,0 milhões de euros, respetivamente referentes a juros dos empréstimos concedidos à REFER –

⁵Ao abrigo das disposições contidas nos n.ºs 3 e 5 do artigo 77.º (gestão da dívida pública direta do Estado) da Lei n.º 3-A/2010, de 28 de abril (Lei do Orçamento do Estado para 2010).

Rede Ferroviária Nacional, EPE, e à EP – Estradas de Portugal, SA). Refira-se, ainda, a receita líquida negativa em novembro no capítulo dos “Saldos da gerência anterior” (-12,0 milhões de euros), resultante da entrega pela Autoridade Nacional de Comunicações, ICP – ANACOM, como receita geral do Estado, de 9,0 milhões de euros da aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2011⁶, e do pagamento de restituições de 21,0 milhões de euros, atendendo a que, no âmbito do Programa de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), se transferiram os saldos de receitas consignadas de vários serviços integrados que foram fundidos em serviços autónomos.

DESPESA

- A despesa efetiva até novembro decresceu 2,3% em termos homólogos, sendo que a despesa primária registou um decréscimo de 4,7%, resultados que comparam favoravelmente com +0,6% e -1,6% até outubro, respetivamente.

Quadro 6 – Execução orçamental de Despesa do Estado (janeiro a novembro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Despesa corrente	41.412,2	40.887,0	88,7	86,9	-1,3	-1,2
Despesas com o pessoal	9.394,5	7.635,0	90,1	87,5	-18,7	-4,0
Aquisição de bens e serviços	1.390,5	1.292,9	66,8	68,4	-7,0	-0,2
Juros e outros encargos	5.984,4	6.772,8	93,9	92,4	13,2	1,8
Transferências correntes	24.016,9	24.586,6	90,7	87,8	2,4	1,3
Subsídios	171,0	186,2	27,6	61,2	8,9	0,0
Outras despesas correntes	454,9	413,6	63,9	51,2	-9,1	-0,1
Despesa corrente primária	35.427,8	34.114,2	87,9	85,9	-3,7	-3,0
Despesa de capital	2.630,9	2.142,6	75,6	80,0	-18,6	-1,1
Investimento	316,5	237,2	46,5	47,8	-25,1	-0,2
Transferências de capital	2.302,3	1.871,8	82,7	86,2	-18,7	-1,0
Outras despesas de capital	12,1	33,6	68,7	341,2	178,3	0,0
Despesa primária	38.058,7	36.256,8	86,9	85,5	-4,7	
Despesa efetiva	44.043,1	43.029,6	87,8	86,5	-2,3	

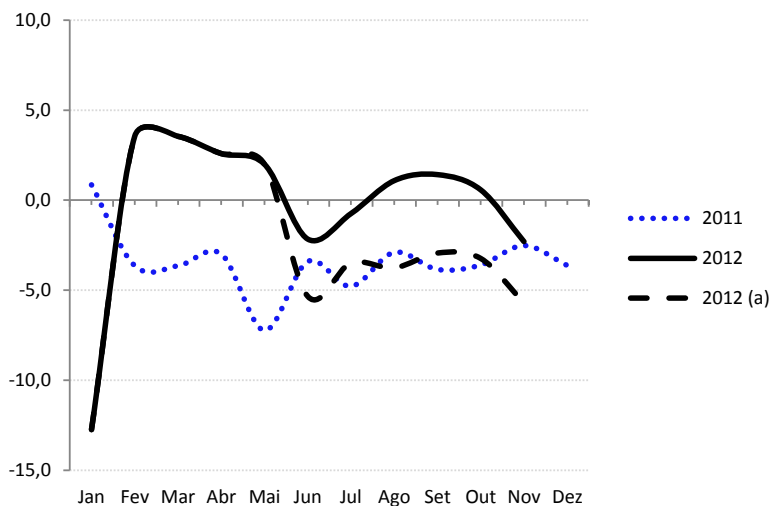
Fonte: Ministério das Finanças

- De referir que os resultados apresentados foram condicionados pela inclusão, na despesa até novembro, da transferência de 1,5 mil milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), no âmbito do programa de regularização de dívidas da saúde, que justifica 3,4 p.p. da variação obser-

⁶ Alínea b) do n.º 1 do artigo único da Portaria n.º 371/2012, de 16 de novembro.

vada. Excluída aquela transferência, que não é considerada para apuramento da despesa relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, a taxa de variação homóloga da despesa e da despesa primária até novembro situar-se-ia em -5,7% e -8,7%, respetivamente.

Gráfico 2 - Despesa Efetiva do subsetor Estado – VHA (%)



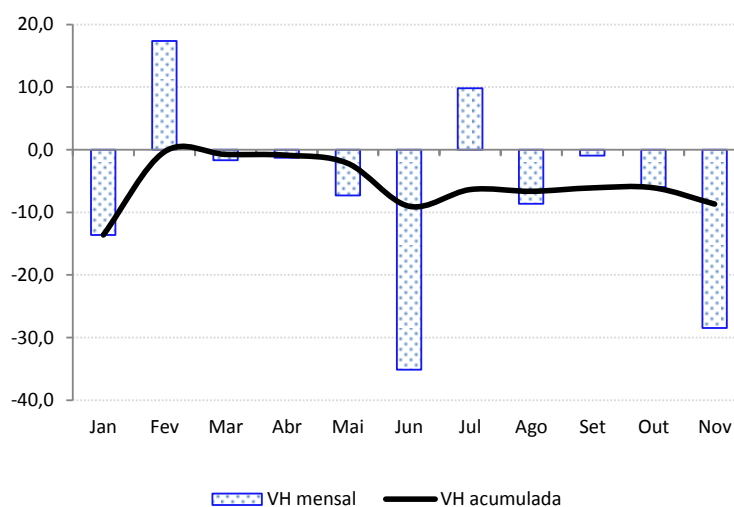
Nota: a) Excluindo, em 2012, as transferências para ao SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Fonte: Ministério das Finanças

- A variação homóloga mensal da despesa em novembro foi de -26,6%, decorrente da interação de diversos fatores:
 - Diminuição das despesas com pessoal (-47,9%), explicada sobretudo pela suspensão do pagamento do subsídio de Natal aplicada ao setor público, com reflexo nas remunerações e na contribuição patronal dos serviços da administração direta do Estado para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA), Segurança Social e ADSE; e
 - Redução das transferências correntes (-21%) justificada, em grande medida, por:
 - i) Diminuição em 33,3% da contribuição financeira para a CGA, destinada a assegurar o equilíbrio financeiro do sistema de pensões gerido por aquela entidade, refletindo a suspensão do pagamento do subsídio de Natal aos beneficiários do regime de proteção social da função pública;
 - ii) Menor valor da contribuição financeira para o orçamento da União Europeia em novembro de 2012 decorrente, essencialmente, do diferente perfil de execução intra-anual desta componente da despesa; e

iii) Redução das transferências correntes para o SNS, Ensino Superior e ação social e as que se destinam a dar cumprimento à Lei de Bases da Segurança Social e à Lei de Finanças Locais, em consequência da diminuição das dotações inscritas no Orçamento do Estado para 2012.

Gráfico 3 – Evolução da VH e da VHA da despesa primária do subsetor Estado(%)



Nota: Excluindo, em 2012, as transferências para o SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Fonte: Ministério das Finanças

SÍNTESE

Quadro 7 – Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a novembro)

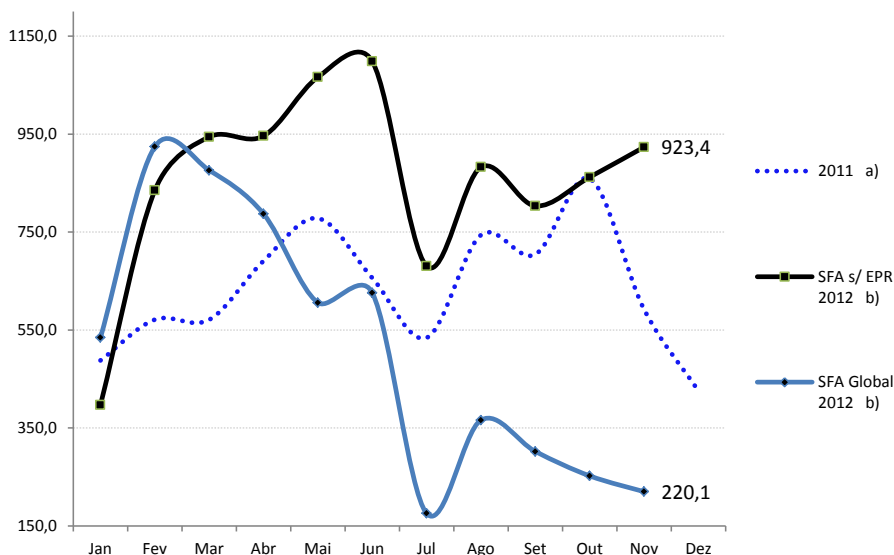
	2011	2012			2012		
	SFA	SFA	EPR	Total	Total	SFA	
	Milhões de euros				Grau de Execução (%)	VH (%)	Contrib. VH (pp.)
Receita corrente	20.579,8	20.408,7	2.129,6	22.469,5	85,4	-0,8	-0,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.467,6	3.029,6	0,0	3.029,6	87,3	-12,6	-2,0
Transferências correntes	14.765,8	15.132,3	688,9	15.740,9	87,2	2,5	1,7
Outras receitas correntes	2.346,4	2.246,8	1.440,7	3.699,0	77,2	-4,2	-0,5
Receita de capital	1.400,4	983,5	543,9	1.520,8	60,1	-29,8	-1,9
Receita Efectiva	21.980,1	21.392,2	2.673,5	23.990,3	83,2	-2,7	-2,7
Despesa corrente	19.954,1	19.525,7	2.112,4	21.569,2	82,8	-2,1	-2,0
Despesas com o pessoal	2.583,6	2.131,0	609,1	2.740,0	83,5	-17,5	-2,2
Aquisição de bens e serviços	7.226,7	8.212,7	593,2	8.805,9	82,9	13,6	4,7
Transferências correntes	9.693,5	8.725,0	28,1	8.702,6	88,5	-10,0	-4,6
Outras despesas correntes	450,3	457,0	882,0	1.320,6	57,5	1,5	0,0
Despesas de capital	983,5	754,5	1.264,4	2.012,4	67,1	-23,3	-1,1
Investimento	226,4	221,2	1.264,4	1.485,7	66,3	-2,3	0,0
Transferências de capital	730,4	525,1	0,0	512,2	69,4	-28,1	-1,0
Outras despesas de capital	26,7	8,2	0,0	14,5	75,5	-69,5	-0,1
Despesa Efectiva	20.937,7	20.280,2	3.376,8	23.581,6	81,2	-3,1	-3,1
Saldo global	1.042,5	1.112,0	-703,3	408,7			
Saldo corrente	625,6	883,0	17,3	900,3			
Saldo de capital	416,8	229,0	-720,6	-491,6			
Saldo primário	1.058,0	1.149,7	-77,9	1.071,8			

Nota: As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global do subsetor dos SFA em outubro de 2012, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), atingiu os 408,7 milhões de euros, sendo -703,3 milhões de euros respeitantes às Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) no perímetro da Administração Central.
- O saldo global em termos comparáveis ascende a 1.112 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 69,5 milhões de euros face ao período homólogo, explicado pela redução mais acentuada da despesa efetiva (-3,1%) face à receita efetiva (-2,7%).
- O comportamento da receita e despesa efetivas encontra-se influenciado pelo reforço dos orçamentos dos organismos do SNS com destino à regularização de pagamentos em atraso (1,5 mil milhões de euros).

Gráfico 4 –Evolução do saldo global acumulado do subsetor dos SFA - milhões de Euros



Nota: a) Excluída a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA (em 2011: 476,7 M€)

b) Em 2012 exclui-se o montante relativo à incorporação dos Fundos de Pensões do Grupo BPN (96,8 M€) bem como o efeito no saldo global associado ao recebimento da totalidade das transferências previstas no Orçamento Retificativo destinada ao SNS (91,8M€).

Fonte: Ministério das Finanças

SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (EXCLUINDO EPR)

- O saldo global comparável, excluído de operações extraordinárias⁷ verificadas quer em 2011, quer em 2012, regista uma melhoria de 331,0 milhões de euros, justificada pelo maior ritmo de redução de despesa face ao verificado na receita, respetivamente -9,2% e -7,4%.
 - A evolução da despesa deve-se sobretudo à redução do nível de encargos com pensões, despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços.
 - A variação da receita é explicada pelo menor volume de transferências do OE e, ainda, pela redução das quotizações e contribuições.

⁷ Para o apuramento do saldo global comparável, excluem-se em 2012 as operações relativas à regularização das dívidas de anos anteriores do SNS e o Fundo de Pensões do BPN, bem como em 2011 a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA.

Quadro 8 – Saldo Global do Subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a novembro) – excluindo EPR

Serviços	2011	2012	Variação 2012/2011
	Milhões de euros		
Saldo Global	1.042,5	1.112,0	69,5
<i>Excluindo operações extraordinárias</i>	<i>592,4</i>	<i>923,4</i>	<i>331,0</i>
<i>dos quais:</i>			
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)	-131,0	-72,4	58,6
Instituto de Turismo de Portugal (ITP)	43,2	63,5	20,3
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	144,7	212,7	68,0
<i>Excluindo o efeito em receita e despesa do reforço do OER</i>	<i>144,7</i>	<i>120,8</i>	<i>-23,8</i>
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	174,2	133,4	-40,8
<i>Excluindo incorporação dos Fundos de Pensões</i>	<i>-275,9</i>	<i>36,6</i>	<i>312,5</i>
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	197,3	124,8	-72,5

RECEITA

- A variação homóloga acumulada da receita até novembro compara desfavoravelmente com outubro (por memória: -0,3% em outubro), reflexo da diluição da transferência extraordinária do OE para o SNS no montante de 1,5 mil milhões de euros, da diminuição das transferências regulares do OE para o SNS e Ensino Superior e do efeito base em 2011 do reforço ao orçamento do Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ).
- A receita efetiva apresenta uma redução de 2,7 % face a igual período do ano anterior, destacando-se a variação negativa observada em:
 - Outras transferências de capital (-81,4%), decorrente do efeito base em 2011 da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA e de não ter sido recebido, à data, o montante relativo a 2012⁸;
 - Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE (-12,6%) pela redução registada em quotas e contribuições para a CGA refletindo, por um lado, o efeito da suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal⁹ e, por outro, o impacto das transferências de responsabilidades com o pagamento de pensões¹⁰ da CGA para a Secretaria Geral do Ministério da Saúde. Acresce ainda a passagem para a CGA das responsabilidades relativas a aposentados, ao abrigo de diversos diplomas, com efeito na receita proveniente de outras entidades.
- Em sentido inverso, destaca-se o acréscimo registado em transferências correntes e de capital provenientes da União Europeia (+26,9% e +33,0%, respetivamente), sobretudo em resultado da

⁸ De acordo com o previsto na alínea b) iii) do n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, o recebimento relativo a 2012, no montante de 476,1 milhões de euros, pela transferência do Fundo de Pensões da PT para a CGA ocorrerá até 20 de dezembro de 2012.

⁹ De acordo com o previsto no art.º 21.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro.

¹⁰ Pelo disposto no artigo 191.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.

execução do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) pelo recebimento de reembolsos relativos a despesas efetuadas no último trimestre de 2011 no âmbito do FEADER e às respeitantes ao programa para minimização dos efeitos da seca;

Destaca-se ainda o aumento das transferências de capital no âmbito dos Programas Operacionais do QREN recebida pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P..

As transferências correntes de outros subsectores das Administrações Públicas (+2,0%) sobretudo as provenientes do OE, aumentam por via da regularização de dívidas de anos anteriores do SNS (1.500 milhões de euros). No entanto, excluída aquela transferência extraordinária registar-se-ia um decréscimo de 8,5%, justificado pelo menor nível de transferências do OE.

DESPESA

- Na despesa, a variação homóloga acumulada até novembro apresenta uma forte desaceleração face a outubro (-3,1% compara com 1,1%), em resultado da redução da despesa com pessoal e encargos com pensões em face da suspensão dos subsídios de férias e Natal.
- A redução de 3,1% na despesa efetiva comparativamente com o período homólogo é justificada pelas seguintes variações em:
 - Outras transferências correntes (-8,7%), explicado pela suspensão do pagamento do subsídio de férias e Natal ou equivalentes por parte da CGA, IP, e também pela reclassificação em 2012 dos centros protocolares como EPR da Administração Central passando as transferências do IEFP para estas entidades a serem classificadas nas Administrações Públicas. Este resultado é atenuado pela antecipação dos pagamentos por parte do IFAP no âmbito das medidas de combate à seca;
 - Despesas com o pessoal (-17,5%), variação decorrente sobretudo da medida de contenção orçamental prevista na Lei do OE relativa à suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores do setor público;
 - Outras transferências de capital (-36,1%), essencialmente pelo efeito base de 2011 relacionado com a operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A. por parte da CGA¹¹, e ainda pela redução de encargos com organizações internacionais suportados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.
 - Transferências correntes para outros subsectores das Administrações Públicas (-25,9%), influenciado pelo efeito base 2011 das transferências efetuadas para os serviços integrados do Ministério da Justiça (MJ) pelo IGFEJ, I.P., também explicado pela extinção do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência¹², resultado parcialmente compensado pelo aumento das transferências realizadas pelo IEFP, IP para os Centros Protocolares devido à sua reclassificação como serviços e fundos autónomos em 2012.

¹¹ Por conta da compensação devida nesse ano pela PT - Comunicações, S. A., no âmbito do processo da transmissão das responsabilidades das pensões e abonos para a CGA.

¹² As atribuições do Gabinete de Gestão Financeira foram integradas na Direcção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira (serviço integrado).

Subsetor Serviços e Fundos Autónomos

- Em sentido contrário, com evolução positiva da despesa, destaca-se o aumento em aquisição de bens e serviços (+13,6%) pelo SNS em resultado da continuação do plano de regularização extraordinária de dívidas aos fornecedores referentes a anos anteriores;

Excluído este facto a despesa em aquisição de bens e serviços decresceria 5,8 %, em resultado das medidas de contenção implementadas na área da saúde.

ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)

- O universo constituído pelas EPR apresenta, em novembro, um saldo global negativo em 703,3 milhões de euros¹³. O financiamento deste défice foi coberto por recurso ao endividamento (807,8 milhões de euros), sobretudo para pagamentos de encargos com:
 - Investimento, nomeadamente o realizado pela Estradas de Portugal, S.A. e no âmbito da reabilitação de edifícios pela Parque Escolar. E.P.E.;
 - Juros e outros encargos financeiros essencialmente pelas empresas do setor dos transportes.

Quadro 9 – Saldo Global das Entidades Públicas Reclassificadas (janeiro a novembro)

Serviços	2012	
	outubro	novembro
Milhões de euros		
Saldo Global - EPR	-658,3	-703,3
<i>dos quais:</i>		
Estradas de Portugal, SA	-401,0	-383,1
Metro do Porto, SA	-169,8	-160,8
Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	-281,4	-330,7
Parque Escolar, EPE	-134,7	-141,9
Metropolitano de Lisboa, SA	-89,5	-95,0

Fonte: Ministério das Finanças

- Face ao mês anterior, o saldo global acumulado das EPR apresenta um agravamento de 45,1 milhões de euros devido sobretudo ao aumento da despesa com juros outros encargos financeiros (+15,4%) face a outubro de 2012, decorrente sobretudo dos encargos desta natureza pagos pela REFER, EPE.

¹³ Este valor não contempla a execução orçamental da Parups, S.A. e Parvalorem, S.A.

Estimativa de execução orçamental de janeiro a novembro de 2012 - PARUPS, S.A. e PARVALOREM S.A.

	PARUPS	PARVALOREM	TOTAL
	milhões de euros		
Receita corrente	3,1	21,2	24,3
Rendimentos de Propriedade	1,9	15,5	17,4
Venda de bens e serviços correntes	1,1	0,0	1,1
Outras receitas correntes	0,1	5,7	5,8
Receita de capital	0,0	0,0	0,0
Receita Efectiva	3,1	21,2	24,3
Despesa corrente	50,7	57,8	108,5
Despesas com o pessoal	0,0	12,5	12,5
Aquisição de bens e serviços	48,1	6,7	54,8
Juros e outros encargos	1,5	31,7	33,1
Outras despesas correntes	1,2	7,0	8,1
Despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa Efectiva	50,7	57,8	108,5
Saldo global	-47,7	-36,6	-84,3
Saldo corrente	-47,7	-36,6	-84,3
Saldo de capital	0,0	0,0	0,0
Saldo primário	-46,2	-4,9	-51,1

Notas:

(1) A execução orçamental das PAR incluída no presente quadro não consta do Quadro 7 - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e Quadro 9 - Saldo Global das Entidades Públicas Reclassificadas divulgado na Síntese da Execução Orçamental de dezembro 2012, por ausência de reporte de informação no Sistema de Informação de Gestão Orçamental.

(2) A estimativa de execução orçamental até novembro é a fornecida pelas entidades.

A estimativa do saldo global acumulado a novembro de 2012 da PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A. ascende a - 84,3 milhões de euros. O recurso ao endividamento visa sobretudo a cobertura de despesa com aquisição de bens e serviços e encargos com juros.

SÍNTESE

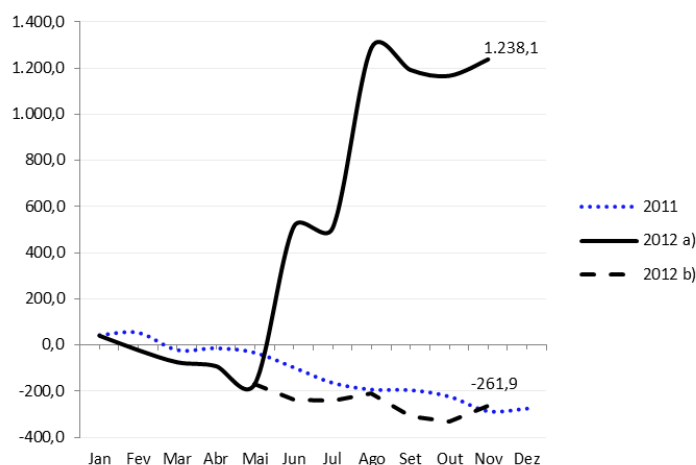
Quadro 10 – Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a novembro)

			€ Milhões	
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
	Milhões de euros			(pp.)
Receita				
Transferência do Orçamento Estado	7.425,5	8.317,5	12,0	11,6
Prestação de serviços	91,5	141,4	54,5	0,6
Outros	177,3	219,4	23,7	0,5
Receita cobrada	7.694,3	8.678,3	12,8	
Despesa				
Despesas com o pessoal	898,5	751,2	-16,4	-1,8
Subcontratos	6.620,3	6.284,1	-5,1	-4,2
Outros	462,1	404,9	-12,4	-0,7
Despesa total	7.980,9	7.440,2	-6,8	
Saldo Global	-286,6	1.238,1		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- A informação provisória da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS)¹⁴ apresenta em novembro de 2012 um saldo de 1.238,1 milhões de euros, influenciado pelo recebimento da totalidade do montante previsto na primeira alteração ao OE-2012, para a regularização de dívidas de anos anteriores (1,5 mil milhões de euros).

Gráfico 5 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Nota: a) Saldo global do SNS

b) Saldo global do SNS, expurgado o efeito do reforço previsto no Orçamento Retificativo (1.500 M€)

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

¹⁴ Isto é, considerando não apenas a despesa efetivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do "accrual basis accounting" (princípio da especialização ou do acréscimo).

RECEITA

- A receita registou um aumento de 12,8% em 2012 relativamente ao ano anterior em resultado do recebimento da totalidade do montante previsto na primeira alteração ao OE-2012 (1,5 mil milhões de euros) com destino à regularização de dívidas.
- Eliminado este efeito, a receita efetiva do SNS apresentaria uma redução de 6,7% face ao período homólogo principalmente motivada pelo menor volume de transferências regulares do Orçamento do Estado, com um contributo de -7,9 p.p. para o decréscimo.

DESPESA

- A despesa efetiva registou um decréscimo de 6,8%, resultado essencialmente do desempenho das Administrações Regionais de Saúde (ARS), relativamente às despesas com:
 - Pessoal (-16,4%) sobretudo em resultado da medida de suspensão dos subsídios de férias e Natal dos trabalhadores do setor público prevista na Lei do OE bem como da redução de suplementos remuneratórios;
 - Subcontratos (-5,1%), que observaram uma redução do valor dos contratos-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, no seguimento da aplicação das medidas previstas para o sector. Destaca-se ainda a redução de despesa com medicamentos e com meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica.
- Em sentido contrário, destaca-se o acréscimo registado em outros Subcontratos (+17,0%) explicado por novos encargos com Parcerias Público-Privadas, nomeadamente os associados ao início de atividade do Hospital de Loures e os relativos ao Hospital de Vila Franca de Xira.

SÍNTESE

Quadro 11 – Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a novembro)

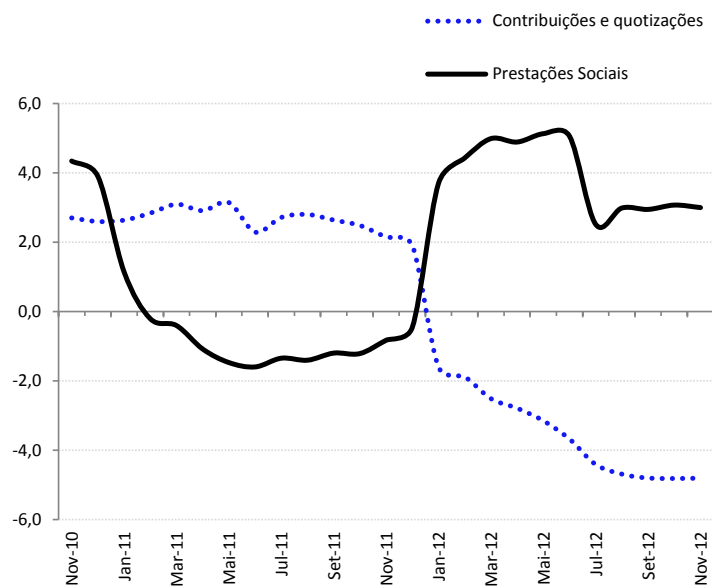
Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a novembro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012
Receita corrente	21.312,8	21.231,8	88,8	87,0	-1,1	-0,4
Contribuições e quotizações	12.307,4	11.716,1	87,3	89,9	2,1	-4,8
IVA Social e do Plano de Emergência Social	655,6	774,0	91,7	81,6	2,5	18,1
Transferências correntes da Administração Central	6.303,9	6.626,4	90,8	82,3	-12,8	5,1
Transferências do Fundo Social Europeu	1.136,9	1.173,5	84,5	85,6	25,7	3,2
Outras receitas correntes	909,2	941,8	100,8	94,5	22,6	3,6
Receita de capital	3,4	5,0	8,0	19,0	-87,0	46,2
Receita efetiva	21.316,2	21.236,8	88,6	86,9	-1,3	-0,4
Despesa corrente	20.334,6	21.096,9	86,1	86,6	-0,1	3,7
Prestações sociais <i>das quais</i>	18.143,2	18.687,0	86,4	87,7	-0,8	3,0
Pensões	12.396,0	12.581,2	85,3	87,2	3,1	1,5
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.909,0	2.360,1	89,9	92,0	-6,7	23,6
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	0,0	479,5	0,0	91,8	-	-
Ações de Formação Profissional	1.299,1	1.117,9	81,3	70,1	17,8	-13,9
Outras despesas correntes	892,3	812,6	87,3	86,5	-7,6	-8,9
Despesas de capital	18,6	24,7	38,9	60,6	-6,4	33,1
Despesa efetiva	20.353,2	21.121,6	86,0	86,6	-0,1	3,8
Saldo global	963,1	115,2				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

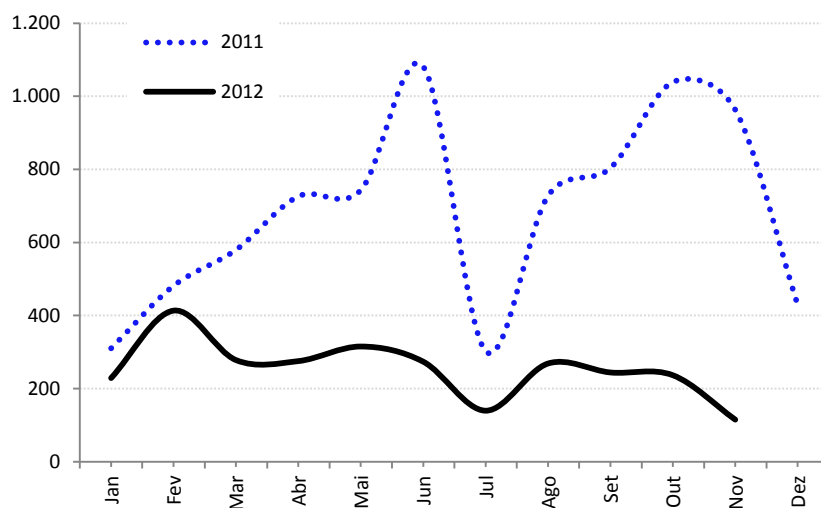
- O saldo global do subsetor da Segurança Social regista um excedente de 115,2 milhões de euros, menos 847,9 milhões de euros que em igual período do ano transato.

Gráfico 6 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Gráfico 7 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A receita efetiva registou uma diminuição de 0,4 % (-79,4 milhões de euros) face ao período homólogo, para o qual contribuíram a variação negativa dos seguintes fatores:
 - Contribuições e quotizações em 591,2 milhões de euros (-4,8 %);
 - Transferência do OE para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social em 183,9 milhões de euros do montante (-3,0%);
- Em sentido contrário, as maiores variações devem-se ao recebimento da transferência do OE no montante de 479,5 milhões de euros para fazer face a despesa com o Regime Substitutivo Bancário e ao aumento das transferências do exterior em 36,7 milhões de euros (+3,2%).

DESPESA

- A despesa efetiva registou uma variação homóloga de 3,8% (mais 768,5 milhões de euros), contribuindo para este resultado os seguintes fatores:
 - A despesa proveniente das obrigações com o pagamento das pensões (1,5%), em 185,2 milhões de euros, à qual acresce as relativas ao Regime Substitutivo Bancário no montante de 479,5 milhões de euros;
 - O acréscimo das restantes prestações sociais (6,2%), influenciado sobretudo pelas prestações de desemprego, com um aumento de 451,1 milhões de euros (23,6%).
- Por outro lado, destaca-se a diminuição da despesa com ações de formação profissional, no valor de 181,2 milhões de euros (-13,9%), com destaque para as financiadas pelo Fundo Social Europeu. É ainda de referir que as despesas de administração registaram um decréscimo no valor de 44,4 milhões de euros (-14,8%).

SÍNTESE

- O subsector da Administração Regional registou, até final de novembro, um défice orçamental de 73,9 milhões de euros, o que corresponde a um agravamento de 67,4 milhões de euros, face a igual período do ano anterior. As duas Regiões Autónomas continuaram a apresentar comportamentos distintos, com um excedente de 53,3 milhões euros nos Açores e um défice de 127,2 milhões de euros na Madeira.
- A receita e a despesa efetivas mantêm-se em níveis inferiores aos homólogos, com a receita a registar uma quebra superior à da despesa (-8% e -4,4%, respetivamente), o que explica a deterioração do saldo. O grau de execução da receita efetiva da Administração Regional foi de 73%, enquanto o da despesa foi de apenas 58%. Embora em ambas as Regiões a execução se situe em níveis inferiores ao padrão, continua a ser na Região Autónoma da Madeira que esse comportamento é mais acentuado, em particular na rúbrica de aquisição de bens de capital.

Quadro 12 – Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a novembro)

Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a novembro)				
	Milhões de euros		2012	
	2011	2012	Var. Abs.	VH (%)
Receita Efetiva	1.887,3	1.735,7	-151,6	-8,0
dq. Receita Fiscal	1.026,3	934,0	-92,3	-9,0
Transferências do Orçamento de Estado	599,1	501,3	-97,8	-16,3
União Europeia	150,7	150,1	-0,6	-0,4
Despesa efetiva	1.893,8	1.809,6	-84,3	-4,4
dq. Despesa Primária	1.843,6	1.728,3	-115,3	-6,3
Despesa de Capital	282,9	223,0	-59,9	-21,2
Saldo global	-6,6	-73,9	-67,4	
<i>Por memória :</i>				
Saldo Primário	43,6	7,4		
Saldo Corrente	-60,1	-226,0		
Saldo Capital	53,5	152,1		
Necessidade de Financiamento				
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-13,7	637,8		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-7,6	-248,3		
<i>dos quais Receitas de:</i>				
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0		
Outros Ativos	1,6	0,7		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	27,9	-315,5		
Total do Financiamento*	6,6	73,9		

Fonte : Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

RECEITA

- A receita efetiva registou uma quebra de 8%, para a qual foi determinante a diminuição da receita corrente com um contributo de -10,1 p.p. atenuado pelo crescimento da receita de capital.
- A receita corrente apresentou uma contração de 12,3%, determinada pelo recuo da receita fiscal e das transferências correntes, com contributos de -6 p.p. e -8,5 p.p., respetivamente.
- A quebra das receitas fiscais tem sido uma tendência vincada ao longo da execução, que se acentuou no último mês, com uma variação homóloga de -14,3% na Região Autónoma dos Açores e -4,9% na Região Autónoma da Madeira. Salientam-se os comportamentos negativos nos principais impostos (IRS, IRC e IVA), com um contributo total de -4,6 p.p. para a quebra da receita efetiva.
- O comportamento das transferências correntes foi determinado pela redução das transferências do Orçamento do Estado de -4,8% na Região Autónoma dos Açores e -46% na Região Autónoma da Madeira. O decréscimo mais acentuado nesta Região deve-se à reclassificação do valor referente à Lei de Meios como transferência de capital e à retenção parcial das transferências do Orçamento do Estado.

Gráfico 8 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

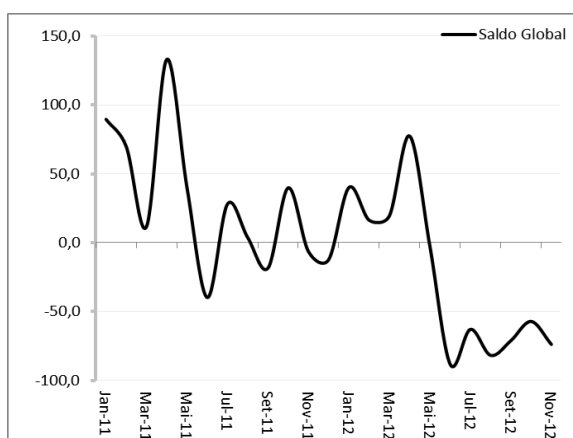
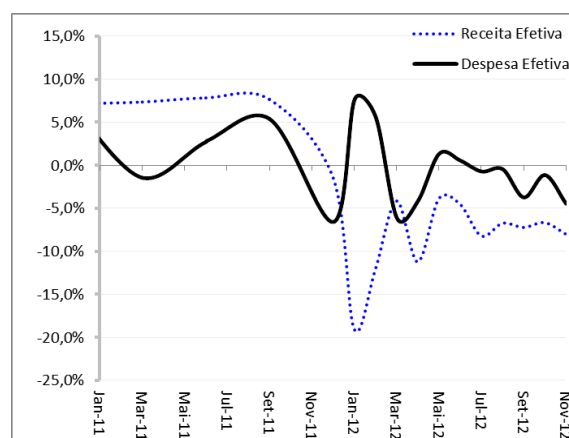


Gráfico 9 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

DESPESA

- A despesa efetiva recuou 4,4% em termos homólogos no total do subsetor, determinada pelo comportamento da despesa corrente em -1,3 p.p. e da despesa de capital em -3,2 p.p.. Enquanto a Região Autónoma dos Açores regista uma quebra de 12,3%, a Região Autónoma da Madeira apresentou um acréscimo homólogo de 3,1%.
 - A despesa corrente registou uma contração global de 1,5%, para a qual contribuiu decisivamente a poupança em remunerações resultante da suspensão do pagamento do subsídio de Natal aos trabalhadores das Administrações Públicas (-6 p.p.). Na Região Autónoma dos Açores, observou-se uma contenção em todas as componentes da despesa, com uma variação total de -11,3%, com exceção dos juros e outros encargos. Na Região Autónoma da Madeira, registou-se um acréscimo de 7,3% continuando a registar-se aumentos expressivos nos juros e outros encargos e na aquisição de bens e serviços, relacionados com a implementação do Programa de Ajustamento Regional.
 - Na Região Autónoma da Madeira, e apesar de no mês em análise não se terem registado novos pagamentos às SCUTS, o efeito deste encargo nos meses anteriores e a liquidação de dívidas às farmácias continuaram a ser determinantes. Na Região Autónoma dos Açores o crescimento dos juros continuou a estar influenciado pelas Empresas Públicas Re-classificadas que não estavam contempladas na execução orçamental do ano anterior.
 - A despesa de capital manteve a tendência negativa que tem vindo a registar em ambas as Regiões, totalizando uma variação homóloga de -21,2%. Na Madeira a variação desta componente está associada ao baixo grau de execução face ao previsto, em resultado do reduzido volume de pagamentos de dívidas de anos anteriores no âmbito da aplicação do PAEF-RAM.

SÍNTESE

- A Administração Local registou até novembro, e para um universo comparável de 268 municípios¹⁵, um saldo orçamental positivo de 589,6 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 61,3 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, depois de ter registado um crescimento acentuado (301,9 milhões de euros) associado ao comportamento sazonal de recebimento do IMI.
- As necessidades de financiamento continuam a evidenciar uma diminuição dos passivos financeiros líquidos de amortizações, contribuindo positivamente para a evolução da dívida financeira.

Quadro 13 – Execução orçamental da Administração Local (janeiro a novembro)

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a novembro)		€ Milhões			
	2011	V. Acumulados		Var. Absoluta	
		out-12	nov-12	out-12	nov-12
Receita Efetiva	6.494,9	5.404,4	5.863,2	858,7	458,8
dq. Receita Fiscal	2.048,2	1.849,4	1.940,0	451,9	90,6
Transferências do Orçamento de Estado	2.110,5	1.682,5	1.850,6	173,1	168,2
União Europeia	613,3	508,9	575,3	74,9	66,4
Despesa efetiva	6.315,7	4.753,5	5.273,6	556,8	520,1
dq. Despesa Primária	6.189,0	4.647,8	5.159,2	543,3	511,4
Despesa de Capital	1.823,9	1.333,0	1.478,4	161,7	145,4
Saldo global	179,2	650,9	589,6	301,9	-61,3
<i>Por memória :</i>					
Saldo Primário	305,9	756,6	704,0		
Saldo Corrente	579	862	816		
Saldo Capital	-400	-211	-227		
Necessidade de Financiamento					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-122,3	-255,5	-296,1		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-16,3	-3,7	-4,2		
<i>dos quais Receitas de:</i>					
Alienação de partes de Capital	1,1	0,1	0,1		
Outros Ativos	11,7	14,1	14,2		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-40,7	-391,6	-289,2		
Total do Financiamento*	-179,2	-650,9	-589,6		

Nota: Universo comparável (mesmos municípios ao longo dos períodos em análise): 268 Municípios.

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL.

¹⁵ Tendo em conta os valores anuais de 2011, este universo de municípios representa cerca de 89% da receita e despesa efetivas no total dos 308 municípios.

RECEITA

- Para o universo comparável, a receita efetiva foi de 5.863,2 milhões de euros. Em termos mensais, o valor foi de 458,8 milhões de euros, o que traduz abrandamento face ao mês anterior.
 - Para a evolução face ao mês anterior, receita corrente e de capital concorreram no mesmo sentido, com crescimentos de 328,9 e 129,9 milhões de euros, respetivamente.
 - Para o comportamento da receita corrente concorreu o aumento de 90,6 milhões de euros da receita fiscal e de 118,1 milhões de euros das transferências do Orçamento do Estado, refletindo o padrão duodecimal.

Gráfico 10 – Evolução do saldo global da Adm. Local (M€)

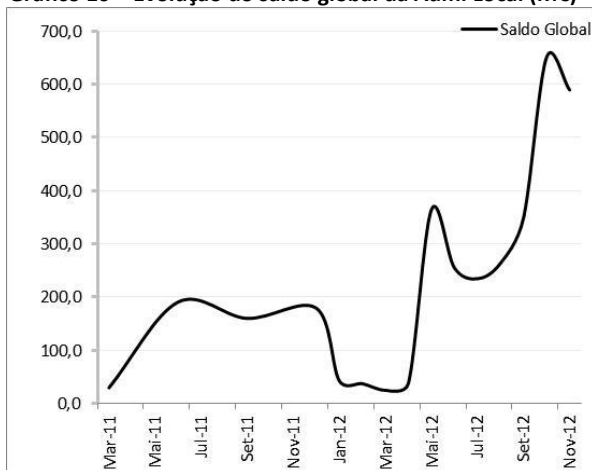
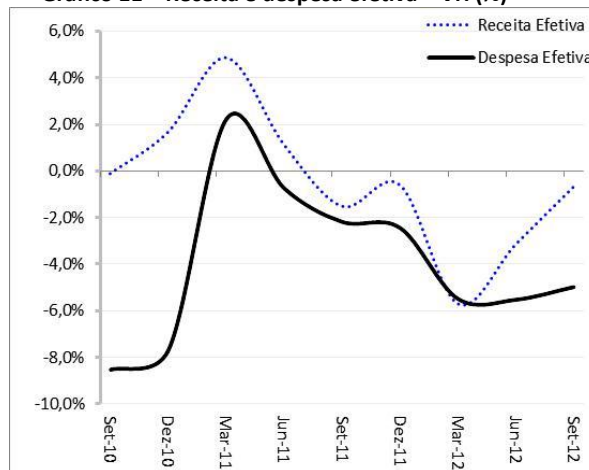


Gráfico 11 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

DESPESA

- A despesa efetiva situou-se nos 5.273,6 milhões de euros, sendo o montante registado neste último mês de 520,1 milhões de euros. Para o mesmo universo de municípios, este valor mensal refletiu um menor crescimento face ao mês anterior (556,8 milhões de euros), determinado pelo abrandamento das principais rubricas da despesa: aquisição de bens e serviços (124,9 face a 174,2 milhões de euros no mês anterior) e aquisição de bens de capital (113,3 face a 132,3 milhões de euros no mês anterior).

2012
dezembro

Síntese da Execução Orçamental

Informação Estatística

Índice**Última
actualização****Próxima
actualização****Último valor
disponível**

1 - Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012	23-outubro-12	23-janeiro-13	jan-setembro 12
2 - Execução Orçamental consolidada das Administrações Públicas	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-outubro 12
3 - Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
5 - Execução Orçamental do Estado	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
6 - Receita do Estado	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
7 - Despesa do Estado - classificação económica	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
8 - Despesa do Estado - classificação funcional	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
9 - Despesa do Estado - classificação orgânica	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
10 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
11 - Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
12 - Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
13 - Programas Orçamentais	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
14 - Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
15 - Execução Orçamental da Segurança Social	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
16 - Administração Regional	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
17 - Administração Local	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12
18 - Dívida não Financeira da Administração Pública	21-dezembro-12	23-janeiro-13	jan-novembro 12

Glossário

1 - Metas PAEF e execução 2012 - Administrações Públicas

Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012

Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)

	€ Milhões						
	I Trimestre		II Trimestre		III Trimestre		Metas (valores acumulados)
	Meta	Execução (1)	Meta	Execução (1)	Meta	Execução (1)	IV Trimestre (2)
Saldo das Administrações Públicas (caixa)	-	-444,1	-	-1.553,6	-	-4.092,9	-
Ajustamentos PAEF							
Garantias, empréstimos e dotações de capital		-12,0		-20,4		-56,5	
Transferência adicional para o SNS		0,0		234,7		1.404,2	
Fundos de pensões de instituições de crédito		0,0		-2.783,9		-2.783,9	
Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)	-1.900,0	-456,1	-4.400,0	-4.123,3	-5.900,0	-5.529,0	-9.028,0

(1) O saldo das Administrações Públicas inclui operações que, no âmbito do memorando técnico de entendimento do PAEF, devem afetar o saldo, apesar de terem sido registadas como despesa não efetiva.

Valores dos trimestres anteriores revistos em função dos saldos das contas das administrações públicas divulgados posteriormente.

(2) Revisto, na sequência do 5.º Exame Regular.

2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

Conta consolidada das Administrações Públicas (ótica da contabilidade pública) - janeiro a outubro 2012

€ Milhões

	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
Receita corrente	29.018,3	20.551,6	5.920,5	19.487,7	53.177,0
Receita Fiscal	26.117,9	894,2	3.184,9	664,1	30.861,0
Impostos directos	10.928,8	22,3	2.533,4	0,0	13.484,4
Impostos indirectos	15.189,1	871,9	651,5	664,1	17.376,6
Contribuições de Segurança Social	388,0	2.761,3	7,5	10.729,6	13.886,3
Outras receitas correntes	2.512,4	16.896,1	2.728,1	8.094,0	8.429,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	623,1	13.619,7	1.522,7	6.035,5	
Receita de capital	3.249,7	1.387,4	1.854,2	5,1	4.756,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	48,0	581,0	1.109,0	2,4	
Receita efectiva	32.268,0	21.938,9	7.774,7	19.492,9	57.933,0
Despesa Corrente	37.578,3	19.721,2	5.392,1	19.204,6	60.095,0
Consumo Público	8.478,3	10.967,4	4.331,4	277,9	24.055,0
Despesas com o Pessoal	6.937,6	2.485,8	2.352,0	207,6	11.983,0
Aquisição de Bens Serv. E Outras Desp. Corr.	1.540,7	8.481,6	1.979,4	70,3	12.072,0
Subsídios	160,8	347,8	154,5	526,0	1.189,2
Juros e Outros Encargos	6.520,6	579,2	187,8	2,0	7.289,6
Transferências correntes	22.418,7	7.826,7	718,4	18.398,7	27.561,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	20.387,6	475,9	-94,2	1.031,8	
Despesa de capital	2.025,1	1.825,3	1.724,1	51,6	3.885,7
Investimentos	217,6	1.385,5	1.435,5	16,9	3.055,5
Transferências de capital	1.775,5	432,2	252,2	34,7	754,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.693,9	51,3	-4,3	-0,6	
Outras despesas de capital	32,0	7,6	36,4	0,0	76,1
Despesa efectiva	39.603,4	21.546,5	7.116,1	19.256,2	63.980,8
Saldo global	-7.335,4	392,4	658,6	236,7	-6.047,8
Saldo corrente	-8.560,0	830,4	528,4	283,1	-6.918,1
Despesa corrente primária	31.057,7	19.142,0	5.204,3	19.202,6	52.805,5
Saldo corrente primário	-2.039,4	1.409,6	716,2	285,2	371,5
Saldo de capital	1.224,6	-438,0	130,1	-46,5	870,3
Despesa primária	33.082,8	20.967,3	6.928,4	19.254,2	56.691,2
Saldo primário	-814,9	971,6	846,3	238,7	1.241,8

Fonte: Ministério das Finanças

3 - Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo		Universo comparável	Universos comparáveis (sem EPR)						Execução Universo real (com EPR)			
	2012		jan - nov 2011	novembro 2012			jan - nov 2012			novembro 2012		jan - novembro 2012	
	Universos comparáveis (sem EPR)	Universo real (com EPR)	Execução Acumulada	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Grau de Execução acumulado (%)	Execução mensal	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Grau de Execução acumulado (%)
Receita corrente	61.303,4	63.592,3	54.330,2	4.535,2	-14,3	7,4	51.879,9	-4,5	84,6	4.707,7	7,4	53.589,8	84,3
Receita fiscal	36.461,4	37.181,4	31.647,0	2.886,5	-14,0	7,9	29.996,8	-5,2	82,3	2.939,3	7,9	30.615,4	82,3
Impostos directos	14.468,7	14.468,7	12.667,9	908,4	-29,8	6,3	11.859,5	-6,4	82,0	908,4	6,3	11.859,5	82,0
Impostos indirectos	21.992,7	22.712,7	18.979,1	1.978,1	-4,0	9,0	18.137,3	-4,4	82,5	2.030,9	8,9	18.756,0	82,6
Contribuições de Segurança Social	17.033,2	17.033,2	16.205,6	1.290,1	-12,6	7,6	15.168,9	-6,4	89,1	1.290,1	7,6	15.168,9	89,1
Outras receitas correntes	7.808,8	9.377,7	6.477,6	358,6	-21,7	4,6	6.714,1	3,7	86,0	478,3	5,1	7.805,4	83,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	95,9	94,3	59,9	6,1	-9,1	6,4	62,5	4,2	65,1	6,0	6,4	60,6	64,3
Receita de capital	5.502,5	5.812,8	1.393,7	36,3	-9,1	0,7	3.913,6	180,8	71,1	69,6	1,2	4.091,0	70,4
Venda de bens de investimento	135,8	168,3	30,1	1,6	152,6	1,2	7,3	-75,7	5,4	1,8	1,1	11,6	6,9
Transferências de Capital	4.302,4	4.532,4	1.088,6	49,5	377,6	1,1	3.459,8	217,8	80,4	82,4	1,8	3.631,3	80,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	37,2	20,6	9,4	0,5	2,2	1,4	7,5	-19,8	20,3	0,5	2,5	7,5	36,7
Outras receitas de capital	1.064,4	1.112,1	275,0	-14,8	-151,1	-1,4	446,5	62,4	41,9	-14,6	-1,3	448,0	40,3
Receita efetiva	66.805,9	69.405,1	55.723,9	4.571,5	-14,2	6,8	55.793,5	0,1	83,5	4.777,3	6,9	57.680,8	83,1
Despesa corrente	69.125,0	71.543,9	60.167,6	4.838,1	-25,4	7,0	59.657,0	-0,8	86,3	5.021,0	7,0	61.349,6	85,8
Consumo público	24.583,2	26.325,2	21.509,9	1.605,5	-38,9	6,5	20.149,4	-6,3	82,0	1.739,7	6,6	21.585,9	82,0
Despesas com o pessoal	11.607,7	12.293,7	12.255,8	914,3	-47,1	7,9	9.996,1	-18,4	86,1	974,1	7,9	10.605,2	86,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	12.975,6	14.031,5	9.254,1	691,2	-23,0	5,3	10.153,3	9,7	78,2	765,6	5,5	10.980,7	78,3
Subsídios	1.535,6	1.565,4	1.257,6	93,0	-4,7	6,1	1.105,8	-12,1	72,0	95,6	6,1	1.130,2	72,2
Juros e outros encargos	7.355,9	8.484,5	6.002,1	252,9	5,4	3,4	6.812,6	13,5	92,6	336,2	4,0	7.438,1	87,7
Transferências correntes	35.650,4	35.168,8	31.397,9	2.886,7	-18,1	8,1	31.589,2	0,6	88,6	2.849,5	8,1	31.195,5	88,7
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.474,7	1.969,6	1.850,0	177,5	15,5	7,2	2.186,6	18,2	88,4	137,6	7,0	1.768,8	89,8
Despesa de capital	3.746,2	5.120,3	3.334,8	182,3	22,1	4,9	2.633,4	-21,0	70,3	250,3	4,9	3.531,5	69,0
Investimento	985,5	2.774,9	556,7	53,1	3,9	5,4	478,6	-14,0	48,6	123,0	4,4	1.743,1	62,8
Transferências de capital	2.731,6	2.316,3	2.739,3	112,5	17,1	4,1	2.100,6	-23,3	76,9	107,9	4,7	1.725,6	74,5
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.777,3	1.362,0	1.347,7	54,2	-26,4	3,1	1.544,5	14,6	86,9	50,0	3,7	1.169,5	85,9
Outras despesas de capital	29,1	29,1	38,8	16,7	692,1	57,2	54,2	39,8	186,5	19,4	66,6	62,9	216,0
Despesa efetiva	72.871,2	76.664,2	63.502,4	5.020,4	-24,4	6,9	62.290,4	-1,9	85,5	5.271,3	6,9	64.881,1	84,6
Saldo global	-6.065,3	-7.259,2	-7.778,5	-448,9			-6.497,0			-494,0		-7.200,3	
Ajustamentos PAEF													
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-99,0	-99,0		-0,5			-63,2			-0,5		-63,2	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas	1.932,0	1.932,0		0,0			1.408,2			0,0		1.408,2	
Fundos de pensões	-2.789,8	-2.789,8		0,0			-2.783,9			0,0		-2.783,9	
Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)	-7.022,1	-8.216,0	-7.778,5	-449,4			-7.935,9			-494,5		-8.639,3	
<i>Por memória:</i>													
Saldo corrente	-7.821,7	-7.951,6	-5.837,4	-302,9			-7.777,1			-313,3		-7.759,9	
Despesa corrente primária	61.769,2	63.059,4	54.165,5	4.585,2	-26,6	7,4	52.844,4	-2,4	85,6	4.684,7	7,4	53.911,6	85,5
Saldo corrente primário	-465,8	532,9	164,7	-50,0			-964,5			22,9		-321,8	
Saldo de capital	1.756,3	692,5	-1.941,1	-146,0			1.280,2			-180,6		559,6	
Despesa primária	65.515,3	68.179,7	57.500,2	4.767,6	-25,5	7,3	55.477,9	-3,5	84,7	4.935,0	7,2	57.443,1	84,3
Saldo primário	1.290,5	1.225,4	-1.776,3	-196,0			315,6			-157,7		237,8	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	24.452,8	24.153,4	3.396,4	1.166,0			11.315,6			1.157,8		11.287,9	
<i>dos quais Receitas de:</i>													
Alienação de partes de Capital	1.600,0	1.600,1	0,0	0,0			160,0			0,0		160,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	31.585,1	32.545,9	16.798,4	3.540,3			24.130,7			3.594,8		24.938,5	

Fonte: Ministério das Finanças

Notas:

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

Em 2012, apresenta-se a informação real e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do 2.º orçamento retificativo.

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respetivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

		Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados)			€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	maio	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
2010	janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	maio	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	dezembro	36.287,1	50.565,4	-14.278,3	4,5%	3,7%
2011	janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	maio	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%
	dezembro	41.537,2	48.731,7	-7.194,5	14,5%	-3,6%
2012	janeiro	2.980,6	3.416,6	-436,0	-6,1%	-12,7%
	fevereiro	6.258,9	7.057,5	-798,6	-4,3%	3,5%
	março	8.610,0	10.247,0	-1.637,0	-4,4%	3,5%
	abril	11.103,3	14.162,1	-3.058,8	-2,2%	2,6%
	maio	14.822,6	17.538,5	-2.715,9	-2,3%	2,0%
	junho	19.865,4	23.087,2	-3.221,8	13,2%	-2,2%
	julho	23.165,2	27.145,1	-3.979,9	11,4%	-0,7%
	agosto	26.430,5	31.325,8	-4.895,3	10,6%	1,1%
	setembro	29.793,5	34.946,8	-5.153,3	6,4%	1,4%
	outubro	32.274,1	39.609,5	-7.335,4	5,6%	0,6%
	novembro	35.305,5	43.029,6	-7.724,1	3,1%	-2,3%

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
2010	janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	dezembro	26.526,2	24.431,5	2.094,7	3,4%	-2,3%
2011	janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%
	dezembro	24.429,8	23.527,3	902,5	-7,9%	-3,7%
2012	janeiro	1.803,2	1.406,1	397,1	-8,9%	-4,6%
	fevereiro	3.849,4	3.014,4	835,0	0,4%	-2,5%
	março	5.621,9	4.677,6	944,2	-1,4%	-3,1%
	abril	7.383,6	6.340,6	1.043,0	-1,9%	-3,0%
	maio	9.272,3	8.109,3	1.163,1	-2,7%	-4,0%
	junho	11.647,6	9.936,9	1.710,7	0,5%	-5,1%
	julho	13.392,0	12.338,7	1.053,4	-3,0%	-3,8%
	agosto	16.057,9	14.932,2	1.125,7	1,2%	1,8%
	setembro	17.706,0	16.710,0	996,0	0,6%	1,6%
	outubro	19.587,2	18.536,5	1.050,7	-0,3%	1,1%
	novembro	21.392,2	20.280,2	1.112,0	-2,7%	-3,1%

Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das EPR

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo das Entidades Públicas Reclassificadas (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2012	janeiro	363,7	226,4	137,3	-	-
	fevereiro	729,9	640,7	89,2	-	-
	março	888,7	956,9	-68,1	-	-
	abril	1.049,9	1.209,1	-159,2	-	-
	maio	1.254,6	1.715,0	-460,5	-	-
	junho	1.433,9	1.906,4	-472,5	-	-
	julho	1.763,3	2.268,1	-504,8	-	-
	agosto	2.009,5	2.526,1	-516,5	-	-
	setembro	2.203,3	2.704,6	-501,3	-	-
	outubro	2.426,2	3.084,5	-658,3	-	-
	novembro	2.673,5	3.376,8	-703,3	-	-

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
	fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
	março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
	abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
	maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
	junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
	julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
	agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
	setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
	outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
	novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
	dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
2010	janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
	fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
	março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
	abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
	maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
	junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
	julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
	agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
	setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
	outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
	novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
	dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
2011	janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
	fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
	março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
	abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
	maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
	junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
	julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
	agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
	setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
	outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
	novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%
	dezembro	23.537,6	23.108,3	429,3	0,0	0,0
2012	janeiro	2.016,9	1.788,0	228,9	1,2%	6,2%
	fevereiro	4.056,7	3.643,3	413,4	5,3%	8,1%
	março	5.806,4	5.528,2	278,2	1,1%	7,1%
	abril	7.697,4	7.422,1	275,3	0,9%	7,5%
	maio	9.598,7	9.283,4	315,3	1,0%	6,0%
	junho	11.429,8	11.156,0	273,8	-1,8%	5,6%
	julho	13.874,5	13.734,8	139,6	1,8%	3,1%
	agosto	15.911,1	15.642,3	268,8	0,7%	3,8%
	setembro	17.678,5	17.434,3	244,2	0,3%	3,6%
	outubro	19.492,9	19.256,2	236,7	-0,5%	3,8%
	novembro	21.236,8	21.121,6	115,2	-0,4%	3,8%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	I TR	1.316,1	1.298,4	17,6	4,7%	9,7%
	II TR	3.136,2	3.127,6	8,6	7,8%	11,9%
	III TR	4.651,5	4.933,9	-282,4	6,9%	16,1%
	IV TR	6.425,6	7.007,4	-581,8	3,9%	8,8%
2010	I TR	1.252,4	1.255,4	-3,0	-4,8%	-3,3%
	II TR	3.112,0	2.978,1	133,9	-0,8%	-4,8%
	III TR	4.646,2	4.513,4	132,7	-0,1%	-8,5%
	IV TR	6.533,2	6.471,1	62,1	1,7%	-7,7%
2011	I TR	1.313,3	1.283,7	29,7	4,9%	2,2%
	II TR	3.147,1	2.956,3	190,8	1,1%	-0,7%
	III TR	4.575,9	4.415,8	160,1	-1,5%	-2,2%
	IV TR	6.493,7	6.314,2	179,4	-0,6%	-2,4%
2012	janeiro	410,1	367,2	42,9	-	-
	fevereiro	808,4	771,0	37,4	-	-
	março	1.238,5	1.213,5	24,9	-5,7%	-5,5%
	abril	1.667,9	1.630,0	37,9	-	-
	maio	2.613,9	2.249,6	364,3	-	-
	junho	3.048,5	2.793,6	254,9	-3,1%	-5,5%
	julho	3.533,9	3.299,4	234,5	-	-
	agosto	4.009,1	3.745,4	263,8	-	-
	setembro	4.545,6	4.196,6	349,0	-0,7%	-5,0%
	outubro	5.404,4	4.753,5	650,9	-	-
	novembro	5.863,2	5.273,6	589,6	-	-

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2008 e 2009); Universo comparável: 268 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
2009	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
2010	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
2011	janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	maio	819,0	779,1	39,9	-	-
	junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-
	novembro	1.887,3	1.893,7	-6,5	-	-
	dezembro	2.114,3	2.126,6	-12,3	-1,4%	-6,6%
2012	janeiro	170,6	130,6	40,1	-19,0%	7,8%
	fevereiro	283,8	267,6	16,2	-12,1%	5,7%
	março	418,0	398,5	19,5	-4,2%	-6,1%
	abril	624,5	547,1	77,4	-11,2%	-4,1%
	maio	787,3	790,0	-2,7	-3,9%	1,4%
	junho	895,4	983,7	-88,3	-4,5%	0,6%
	julho	1.104,0	1.166,9	-62,9	-8,2%	-0,7%
	agosto	1.258,4	1.340,2	-81,9	-6,7%	-0,4%
	setembro	1.402,4	1.473,6	-71,2	-7,2%	-3,7%
	outubro	1.612,5	1.669,7	-57,2	-6,7%	-1,1%
	novembro	1.735,7	1.809,6	-73,9	-8,0%	-4,4%

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores.

5 - Execução Orçamental do Estado

Execução Orçamental do Estado (janeiro a novembro)

€ Milhões

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
Receita corrente	33.939,1	32.057,5	-5,5	-5,5
Receitas fiscais	30.639,6	28.875,4	-5,8	-5,1
Impostos diretos	12.648,3	11.837,2	-6,4	-2,4
Impostos indiretos	17.991,3	17.038,2	-5,3	-2,8
Outras receitas correntes	3.299,5	3.182,1	-3,6	-0,3
Receita de capital	320,0	3.248,0	915,0	8,5
Receita efetiva	34.259,1	35.305,5	3,1	
Despesa corrente	41.412,2	40.887,0	-1,3	-1,2
Despesas com o pessoal	9.394,5	7.635,0	-18,7	-4,0
Aquisição de bens e serviços	1.390,5	1.292,9	-7,0	-0,2
Juros e outros encargos	5.984,4	6.772,8	13,2	1,8
Transferências correntes	24.016,9	24.586,6	2,4	1,3
Administrações Públicas	21.449,6	22.407,2	4,5	2,2
Outras	2.567,3	2.179,4	-15,1	-0,9
Subsídios	171,0	186,2	8,9	0,0
Outras despesas correntes	454,9	413,6	-9,1	-0,1
Despesa de capital	2.630,9	2.142,6	-18,6	-1,1
Investimento	316,5	237,2	-25,1	-0,2
Transferências de capital	2.302,3	1.871,8	-18,7	-1,0
Administrações Públicas	1.621,6	1.786,1	10,1	0,4
Outras	680,7	85,8	-87,4	-1,4
Outras despesas de capital	12,1	33,6	178,3	0,0
Despesa efetiva	44.043,1	43.029,6	-2,3	
Saldo global	-9.784,0	-7.724,1		
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-7.473,1	-8.829,5		
Saldo de capital	-2.310,9	1.105,4		
Saldo primário	-3.799,6	-951,3		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2.011,5	9.616,3		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	16.784,0	24.120,8		

Fonte: Ministério das Finanças

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

6 - Receita do Estado

Receita do Estado (janeiro a novembro)

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)	
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
Receita fiscal	35.135,5	30.639,6	28.875,4	89,1	82,2	6,1	-5,8	5,4	-5,1
Impostos Diretos	14.449,0	12.648,3	11.837,2	86,6	81,9	8,9	-6,4	3,2	-2,4
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	9.539,9	8.315,7	8.098,5	79,8	84,9	6,4	-2,6	1,5	-0,6
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.859,1	4.285,8	3.472,8	102,5	71,5	13,4	-19,0	1,6	-2,4
Outros	50,0	46,8	265,9	417,9	531,8	95,8	468,2	0,1	0,6
Impostos Indiretos	20.686,5	17.991,3	17.038,2	91,0	82,4	4,2	-5,3	2,2	-2,8
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.261,0	2.130,9	1.966,3	89,0	87,0	-3,7	-7,7	-0,3	-0,5
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.503,0	12.205,2	11.885,8	91,8	82,0	8,7	-2,6	3,0	-0,9
Imposto sobre Veículos (ISV)	586,0	586,5	331,7	74,2	56,6	-21,0	-43,4	-0,5	-0,7
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.482,6	1.337,5	1.229,4	99,1	82,9	1,6	-8,1	0,1	-0,3
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	211,0	158,7	153,9	81,8	72,9	-4,0	-3,0	0,0	0,0
Imposto do selo	1.397,0	1.364,9	1.242,4	89,8	88,9	-3,3	-9,0	-0,1	-0,4
Imposto Único de Circulação (IUC)	187,0	157,8	180,2	98,6	96,4	14,3	14,2	0,1	0,1
Outros	58,9	49,8	48,5	65,4	82,3	-9,8	-2,6	0,0	0,0
Receita não fiscal	7.510,8	3.619,5	6.430,1	65,7	85,6	8,4	77,7	0,9	8,2
Correntes	3.570,2	3.299,5	3.182,1	77,6	89,1	16,8	-3,6	1,5	-0,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	529,7	430,6	423,2	73,6	79,9	103,4	-1,7	0,7	0,0
Comparticipações para a ADSE	510,8	414,9	402,3	73,8	78,8	110,9	-3,0	0,7	0,0
Outros	18,9	15,7	20,9	68,6	110,6	4,7	33,1	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	674,0	634,2	667,1	89,4	99,0	20,0	5,2	0,3	0,1
Taxas	374,3	336,5	333,9	83,0	89,2	22,0	-0,8	0,2	0,0
Juros de mora e compensatórios	84,5	106,3	98,8	97,5	116,9	4,1	-7,1	0,0	0,0
Multas do Código da Estrada	90,6	78,9	84,0	136,3	92,7	91,0	6,5	0,1	0,0
Outras multas e penalidades diversas	124,6	112,5	150,4	81,8	120,7	2,9	33,7	0,0	0,1
Rendimentos da Propriedade	457,9	253,5	301,9	62,7	65,9	-46,1	19,1	-0,7	0,1
Juros	403,1	11,3	222,7	27,8	55,2	-10,3	1.870,8	0,0	0,6
Dividendos e participações nos lucros	52,4	240,3	77,2	66,5	147,3	-47,3	-67,9	-0,7	-0,5
Outros	2,4	1,9	2,0	95,0	83,3	11,8	5,3	0,0	0,0
Transferências Correntes	956,9	1.058,9	744,3	65,5	77,8	21,1	-29,7	0,6	-0,9
Administrações públicas	838,0	1.000,7	682,6	68,1	81,5	30,7	-31,8	0,7	-0,9
Exterior	98,4	46,5	48,1	36,5	48,9	-52,0	3,4	-0,2	0,0
Outros	20,5	11,7	13,6	53,7	66,3	0,9	16,2	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	407,2	391,0	410,9	98,0	100,9	4,1	5,1	0,0	0,1
Outras Receitas Correntes	304,2	314,8	437,3	110,5	143,8	158,2	38,9	0,6	0,4
Prémios e taxas por garantias de riscos	122,7	121,9	238,5	205,9	194,4	96,0	95,7	0,2	0,3
Outros	181,5	192,9	198,8	85,4	109,5	223,1	3,1	0,4	0,0
Recursos Próprios Comunitários	170,2	155,1	145,8	87,8	85,7	-5,5	-6,0	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	70,1	61,4	51,6	84,1	73,6	-22,1	-16,0	-0,1	0,0
Capital	3.940,6	320,0	3.248,0	25,4	82,4	-37,5	915,0	-0,6	8,5
Venda de Bens de Investimento	96,5	11,7	0,3	2,9	0,3	0,9	-97,4	0,0	0,0
Transferências de Capital	2.802,5	49,9	2.802,6	37,9	100,0	-23,7	5.516,4	0,0	8,0
Administrações públicas	17,3	23,2	56,5	131,8	326,6	-5,7	143,5	0,0	0,1
Exterior	92,2	18,2	58,0	15,9	62,9	-50,9	218,7	-0,1	0,1
Outros	2.693,0	8,5	2.688,1	-	99,8	129,7	31.524,7	0,0	7,8
Outras Receitas de Capital	876,1	60,4	283,7	11,2	32,4	705,3	369,7	0,2	0,7
Saldo da Gerência Anterior	165,5	198,0	161,4	101,7	97,5	-53,7	-18,5	-0,7	-0,1
Receita efetiva	42.646,3	34.259,1	35.305,5	85,9	82,8	6,3	3,1		
<i>Por memória:</i>									
Ativos Financeiros	1.625,0	332,3	409,8						
Alienação de partes sociais de empresas	1.600,0	0,0	160,0						
Outros ativos	25,0	332,3	249,8						
Passivos Financeiros	153.697,9	109.845,6	109.543,4						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR), sendo provisórios até ao encerramento das respetivas Contas Gerais do Estado.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Fonte: Ministério das Finanças

7 - Despesa do Estado - Classificação Económica

Despesa do Estado, por Classificação Económica (janeiro a novembro)

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011		2012		VH (%)		Contrib. VH (pp)	
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
		2011	2012	2011	2012				
Despesa corrente	47.062,3	41.412,2	40.887,0	88,7	86,9	-2,7	-1,3	-2,6	-1,2
Despesas com o pessoal	8.723,3	9.394,5	7.635,0	90,1	87,5	-10,2	-18,7	-2,4	-4,0
Remunerações Certas e Permanentes	6.741,2	7.262,7	5.883,6	91,8	87,3	-7,1	-19,0	-1,2	-3,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	417,3	376,3	316,8	81,4	75,9	-15,6	-15,8	-0,2	-0,1
Segurança social	1.564,8	1.755,5	1.434,6	85,2	91,7	-20,1	-18,3	-1,0	-0,7
Aquisição de bens e serviços correntes	1.890,9	1.390,5	1.292,9	66,8	68,4	27,5	-7,0	0,7	-0,2
Juros e outros encargos	7.329,8	5.984,4	6.772,8	93,9	92,4	21,2	13,2	2,3	1,8
Transferências correntes	28.006,6	24.016,9	24.586,6	90,7	87,8	-5,4	2,4	-3,0	1,3
Administrações Públicas	25.596,2	21.449,6	22.407,2	91,1	87,5	-6,0	4,5	-3,0	2,2
Administração Central	15.916,1	13.534,5	14.215,3	91,0	89,3	-2,6	5,0	-0,8	1,5
Administração Regional	0,0		0,0	-	-	-	-	-	-
Administração Local	1.796,4	1.741,2	1.643,0	91,2	91,5	-4,2	-5,6	-0,2	-0,2
Segurança Social	7.883,8	6.173,9	6.548,9	91,2	83,1	-13,0	6,1	-2,0	0,9
Outras transferências correntes	2.410,4	2.567,3	2.179,4	88,3	90,4	0,3	-15,1	0,0	-0,9
Subsídios	304,1	171,0	186,2	27,6	61,2	-53,0	8,9	-0,4	0,0
Outras despesas correntes	807,6	454,9	413,6	63,9	51,2	29,2	-9,1	0,2	-0,1
Despesa corrente primária	39.732,5	35.427,8	34.114,2	87,9	85,9	-5,9	-3,7	-4,9	-3,0
Despesa de capital	2.678,0	2.630,9	2.142,6	75,6	80,0	1,3	-18,6	0,1	-1,1
Investimento	496,2	316,5	237,2	46,5	47,8	-10,8	-25,1	-0,1	-0,2
Transferências de capital	2.171,9	2.302,3	1.871,8	82,7	86,2	3,3	-18,7	0,2	-1,0
Administrações Públicas	1.978,9	1.621,6	1.786,1	89,0	90,3	-17,6	10,1	-0,8	0,4
Administração Central	665,9	322,4	629,2	72,9	94,5	-46,6	95,1	-0,6	0,7
Administração Regional	565,8	595,9	500,6	99,3	88,5	-1,8	-16,0	0,0	-0,2
Administração Local	741,8	702,2	653,9	90,9	88,1	-6,9	-6,9	-0,1	-0,1
Segurança Social	5,5	1,1	2,4	17,2	44,5	-56,9	119,7	0,0	0,0
Outras transferências de capital	193,0	680,7	85,8	70,7	44,4	161,3	-87,4	0,9	-1,4
Outras despesas de capital	9,8	12,1	33,6	68,7	341,2	-20,4	178,3	0,0	0,0
Despesa primária	42.410,5	38.058,7	36.256,8	86,9	85,5	-5,4	-4,7	-4,8	-4,1
Despesa efetiva	49.740,2	44.043,1	43.029,6	87,8	86,5	-2,5	-2,3		
<i>Por memória:</i>									
Despesas de anos anteriores	-	186,5	134,2						
Ativos financeiros	24.164,8	2.343,8	9.866,1						
Passivos financeiros	122.250,0	93.061,6	85.422,6						
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública	1.600,0		760,0						

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

8 - Despesa do Estado - Classificação Funcional

Despesa do Estado, por classificação funcional (janeiro a novembro)

	2011	2012	2011	2012
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
Funções Gerais de Soberania	6.191,2	5.066,9	14,1	11,8
Serviços Gerais da Administração Pública	1.500,6	1.316,1	3,4	3,1
Defesa Nacional	1.643,9	1.331,3	3,7	3,1
Segurança e Ordem Públicas	3.046,6	2.419,5	6,9	5,6
Funções Sociais	26.209,0	26.329,0	59,5	61,2
Educação	7.169,2	6.005,8	16,3	14,0
Saúde	8.166,2	8.907,7	18,5	20,7
Segurança e Ação Sociais	10.457,3	10.707,0	23,7	24,9
Habituação e Serviços Colectivos	168,4	148,1	0,4	0,3
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	247,9	560,4	0,6	1,3
Funções Económicas	1.255,7	761,4	2,9	1,8
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	407,0	362,5	0,9	0,8
Indústria e Energia	0,0		0,0	
Transportes e Comunicações	692,7	257,7	1,6	0,6
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	156,0	141,2	0,4	0,3
Outras Funções	10.387,2	10.872,4	23,6	25,3
Operações da Dívida Pública	5.983,5	6.748,2	13,6	15,7
Transferências entre Administrações Públicas	4.403,7	4.123,9	10,0	9,6
Diversas não especificadas		0,2		0,0
Despesa Efetiva	44.043,1	43.029,6	100,0	100,0
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	2.343,8	9.866,1		
Funções Gerais de Soberania	2.343,8	7.238,2		
Funções Sociais		93,6		
Funções Económicas		2.534,3		
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	93.061,6	86.182,6		
Outras Funções	93.061,6	86.182,6		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

9 - Despesa do Estado Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação
Económica (janeiro a novembro)

Milhões de Euros

	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	1.435,0	163,7	13.960,1	267,7	1.291,5	1.488,9	947,8	113,2	360,5	8.384,3	5.999,2	6.475,2	40.887,0
Despesas com o pessoal	32,3	73,8	377,1	112,8	993,5	1.249,9	792,5	65,4	126,9	41,7	3.755,3	13,6	7.635,0
Remunerações Certas e Permanentes	26,8	61,3	266,9	66,9	619,2	856,0	621,7	53,1	103,8	34,6	3.162,0	11,2	5.883,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	1,1	1,0	55,5	34,0	71,6	60,5	66,4	2,1	3,4	1,3	19,6	0,3	316,8
Segurança social	4,5	11,5	54,7	11,8	302,7	333,5	104,4	10,2	19,7	5,8	573,7	2,0	1.434,6
Aquisição de bens e serviços correntes	2,3	18,8	516,0	29,1	283,4	156,7	144,0	17,8	27,7	27,8	67,3	2,1	1.292,9
Aquisição de bens	0,2	1,7	5,8	0,3	106,8	43,4	50,8	2,0	4,3	1,7	40,7	0,2	257,9
Aquisição de serviços	2,1	17,1	510,2	28,9	176,6	113,3	93,3	15,8	23,4	26,1	26,5	1,9	1.035,1
Juros e outros encargos	0,0	0,0	6.772,1	0,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	6.772,8
Transferências correntes	1.400,4	68,0	6.104,1	112,5	13,3	80,8	9,7	29,8	204,3	8.314,7	1.789,5	6.459,6	24.586,6
Administrações Públicas	1.400,0	48,4	4.438,9	42,1	6,0	77,3	7,5	28,0	197,7	8.311,6	1.392,3	6.457,5	22.407,2
Administração Central	85,6	48,3	4.427,4	42,1	5,9	76,1	7,5	24,6	196,6	8.311,6	989,0	0,7	14.215,3
Administração Regional													
Administração Local	1.314,4	0,0				1,2			1,1		326,3		1.643,0
Segurança Social			11,6		0,0			3,4			77,0	6.456,8	6.548,9
Outras transferências correntes	0,4	19,6	1.665,1	70,4	7,3	3,5	2,2	1,9	6,6	3,1	397,2	2,1	2.179,4
Subsídios	0,0	2,8	183,3		0,1								186,2
Outras despesas correntes	0,0	0,3	7,5	13,1	1,1	1,1	1,5	0,1	1,5	0,0	387,2	0,0	413,6
Despesa de capital	1.145,1	11,0	431,1	2,5	108,4	23,8	7,3	60,0	76,6	4,3	269,7	2,9	2.142,6
Investimento	0,0	5,5	6,0	1,9	108,3	21,9	7,2	0,9	28,2	0,1	56,7	0,4	237,2
Transferências de capital	1.145,0	5,5	425,2	0,1	0,1	1,8	0,0	59,1	48,4	4,2	179,9	2,4	1.871,8
Administrações Públicas	1.145,0	4,5	348,3	0,1	0,1	1,8		52,5	48,0	4,2	179,0	2,4	1.786,1
Administração Central	3,7	4,0	348,3	0,1	0,1	0,6		52,5	48,0	4,2	167,7		629,2
Administração Regional	500,6												500,6
Administração Local	640,7	0,5				1,3					11,4		653,9
Segurança Social												2,4	2,4
Outras transferências de capital		1,0	76,9				0,0	6,6	0,4		0,8		85,8
Outras despesas de capital				0,5					0,0		33,1		33,6
Despesa efetiva	2.580,1	174,7	14.391,2	270,2	1.399,9	1.512,6	955,0	173,2	437,1	8.388,6	6.268,9	6.478,0	43.029,6
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros			9.866,1										9.866,1
Passivos financeiros			85.422,6										85.422,6
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública			760,0										760,0

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

9 - Despesa do Estado Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação
Económica (janeiro a novembro)

	VH (%)												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	-7,1	-37,3	5,6	-11,0	-18,9	-12,6	-30,4	-22,1	-11,6	11,6	-16,5	4,7	-1,3
Despesas com o pessoal	-16,9	-39,1	-19,9	-22,4	-19,5	-12,8	-16,8	-19,3	-20,6	-18,6	-19,9	-22,6	-18,7
Remunerações Certas e Permanentes	-17,7	-41,1	-16,2	-22,7	-19,7	-15,3	-16,8	-19,5	-21,4	-17,7	-19,7	-21,3	-19,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	-20,7	-64,9	-11,9	-22,0	-26,8	-4,6	-2,6	-32,6	-16,7	-10,6	-26,9	-56,8	-15,8
Segurança social	-10,9	-18,9	-38,8	-21,3	-17,2	-7,2	-23,6	-14,6	-16,6	-24,8	-20,8	-21,6	-18,3
Aquisição de bens e serviços correntes	-18,4	-40,8	-6,2	-6,3	-14,0	7,0	-7,2	-21,0	-16,1	-11,7	24,0	-12,3	-7,0
Aquisição de bens	-15,6	-57,0	-17,1	-63,1	-25,5	8,4	3,7	-6,1	-26,3	-33,8	49,9	-22,3	-8,6
Aquisição de serviços	-18,7	-38,4	-6,1	-4,9	-5,1	6,4	-12,2	-22,6	-13,9	-9,8	-2,1	-11,2	-6,6
Juros e outros encargos	-5,4	-	13,2	-12,8	-	-	-	-84,7	-64,5	-96,0	-	-	13,2
Transferências correntes	-6,8	-35,0	1,1	1,6	-52,5	-27,6	-96,2	-27,9	-4,7	11,9	-11,2	4,8	2,4
Administrações Públicas	-6,8	-25,8	3,8	10,7	-21,9	-28,3	-97,0	-25,3	-2,6	11,9	1,3	4,8	4,5
Administração Central	-14,1	-25,4	3,8	10,7	-22,3	-20,4	-97,0	-34,3	-2,2	11,9	-5,8	-7,5	5,0
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-6,3	-85,5	-	-	-	-90,1	-	-	-29,6	-	0,4	-	-5,6
Segurança Social	-	-	-1,6	-	-	-	-	-	-100,0	-	-	4,8	6,1
Outras transferências correntes	2,7	-50,2	-5,5	-3,2	-64,0	-10,6	-61,0	-53,2	-41,8	-40,1	-38,0	-20,7	-15,1
Subsídios	-60,0	-14,4	9,3	-100,0	-	-	-	-	-	-	-100,0	-	8,9
Outras despesas correntes	-16,1	33,2	-	-3,3	51,9	-89,9	8,8	-37,8	-	13,5	-8,8	63,0	-9,1
Despesa de capital	-11,1	-26,2	-34,4	2,3	-43,7	21,5	-22,4	-22,8	-27,7	-63,2	8,0	78,9	-18,6
Investimento	-74,1	-27,9	-63,2	-11,6	-43,4	28,6	-22,6	-45,2	-0,4	-79,1	36,6	-14,0	-25,1
Transferências de capital	-11,1	-24,5	-33,7	15,2	-88,4	-26,4	-	-22,3	-37,7	-62,3	-8,4	-	-18,7
Administrações Públicas	-11,1	15,4	-	15,2	-88,4	-25,8	-	23,8	-37,8	-62,3	-7,8	-	10,1
Administração Central	-40,9	93,5	-	15,2	-88,4	52,2	-	23,8	-37,6	-62,3	-7,9	-	95,1
Administração Regional	-16,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-16,0
Administração Local	-6,6	-71,2	-	-	-	-40,3	-	-	-100,0	-	-6,2	-	-6,9
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras transferências de capital	-	-70,1	-88,0	-	-	-100,0	-	-80,4	-11,2	-	-61,8	-	-87,4
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-92,0	-	-	-	-
Despesa efetiva	-8,9	-36,7	3,7	-10,9	-21,6	-12,2	-30,3	-22,3	-15,0	11,5	-15,7	4,7	-2,3
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública													

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

10 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

Execução Orçamental Consolidada dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a novembro)

	2012		2010	2011	2012			2011				2012		SFA	Contrib. VH (pp)
	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA e EPR	SFA	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA		
	Milhões de Euros							Grau de Execução (%)				VH %			
Receita corrente	23.597,9	26.307,5	20.746,2	20.579,8	20.408,7	2.129,6	22.469,5	84,8	86,5	76,2	85,4	-0,8	-0,8	-0,8	
Receita Fiscal	377,2	1.097,2	344,4	351,8	347,4	618,6	966,0	86,4	97,2	85,9	88,0	2,1	-1,2	0,0	
Impostos diretos	19,7	19,7	20,5	19,6	22,3	0,0	22,3	100,0	113,1	-	113,1	-4,1	13,6	0,0	
Impostos indiretos	357,5	1.077,5	324,0	332,2	325,1	618,6	943,8	85,8	90,9	85,9	87,6	2,5	-2,1	0,0	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.470,0	3.470,0	3.682,2	3.467,6	3.029,6	0,0	3.029,6	83,6	87,3	-	87,3	-5,8	-12,6	-2,0	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.353,5	1.730,6	1.138,0	1.153,3	1.139,1	252,0	1.391,1	75,8	84,2	66,6	80,4	1,4	-1,2	-0,1	
Transferências Correntes	17.250,8	18.043,0	14.886,0	14.765,8	15.130,4	617,0	15.740,9	88,5	97,0	87,0	87,2	-0,8	2,5	1,7	
Outros subsectores das Administrações Públicas	16.617,7	17.034,0	14.550,2	14.300,7	14.590,3	380,8	14.964,6	89,1	87,8	108,7	87,9	-1,7	2,0	1,3	
União Europeia	486,3	850,7	198,5	302,5	384,0	228,7	612,7	65,8	79,0	62,7	72,0	52,4	26,9	0,4	
Outras transferências	146,8	158,3	137,3	162,6	156,1	7,5	163,6	90,1	106,4	65,4	103,4	18,4	-4,0	0,0	
Outras Receitas Correntes	1.146,4	1.966,6	695,5	841,3	762,2	642,1	1.341,9	55,8	66,3	63,1	68,2	21,0	-9,6	-0,4	
Receita de capital	1.816,8	2.531,9	971,2	1.400,4	983,5	543,9	1.520,8	69,1	54,1	75,0	60,1	44,2	-29,8	-1,9	
Venda de bens de investimento	19,3	51,8	40,9	16,1	4,5	4,3	8,8	24,1	23,3	13,3	17,0	-60,6	-72,1	-0,1	
Transferências de capital	1.795,2	2.458,0	929,6	1.384,0	978,7	531,9	1.510,6	70,7	57,6	81,2	61,5	48,9	-29,3	-1,8	
Outros subsectores das Administrações Públicas	332,7	727,4	584,3	331,5	272,6	360,3	632,9	68,0	81,9	92,9	87,0	-43,3	-17,8	-0,3	
União Europeia	881,0	1.149,1	324,8	446,4	593,5	170,1	763,6	53,7	67,4	63,5	66,5	37,4	33,0	0,7	
Outras transferências	581,5	581,5	20,5	606,2	112,6	1,4	114,1	94,9	19,4	-	19,6	2.855,8	-81,4	-2,2	
Outras Receitas de Capital	2,3	22,1	0,8	0,3	0,2	7,7	1,4	9,1	0,2	3,9	6,3	-61,5	-22,2	0,0	
Receita efetiva	25.414,7	28.839,3	21.717,4	21.980,1	21.392,2	2.673,5	23.990,3	83,6	84,2	76,0	83,2	1,2	-2,7	-2,7	
Despesa corrente	23.199,9	26.039,2	20.320,2	19.954,1	19.525,7	2.112,4	21.569,2	82,6	84,2	72,3	82,8	-1,8	-2,1	-2,0	
Despesas com o pessoal	2.597,3	3.283,4	2.435,6	2.583,6	2.131,0	609,1	2.740,0	82,5	82,0	88,8	83,5	6,1	-17,5	-2,2	
Aquisição de bens e serviços	9.828,8	10.623,0	7.306,2	7.226,7	8.212,7	593,2	8.805,9	80,4	83,6	74,7	82,9	-1,1	13,6	4,7	
Juros e outros encargos	19,0	1.147,6	9,9	15,5	37,7	625,5	663,1	37,2	198,6	55,4	57,8	56,5	142,9	0,1	
Transferências correntes	9.814,7	9.837,8	9.495,5	9.693,5	8.689,5	25,9	8.702,6	86,9	88,9	121,5	88,5	2,1	-10,0	-4,6	
Outros subsectores das Administrações Públicas	706,5	706,5	687,5	746,7	517,5	1,8	506,5	61,2	78,3	-	71,7	8,6	-25,9	-0,9	
Outras transferências	9.108,2	9.131,4	8.808,1	8.946,9	8.172,0	24,1	8.196,1	90,0	89,7	104,2	89,8	1,6	-8,7	-3,7	
Subsídios	619,5	649,3	409,3	393,6	353,0	24,4	377,4	57,0	57,0	81,8	58,1	-3,8	-10,3	-0,2	
Outras despesas correntes	320,6	497,9	663,7	41,2	101,8	234,4	280,1	33,0	20,7	88,7	56,3	-93,8	61,1	0,1	
Despesa de capital	1.220,3	2.999,6	930,5	983,5	754,5	1.264,4	2.012,4	50,1	61,8	70,7	67,1	5,7	-23,3	-1,1	
Investimento	452,8	2.242,2	191,7	226,4	221,2	1.264,4	1.485,7	31,0	48,9	70,7	66,3	18,1	-2,3	0,0	
Transferências de capital	738,1	738,1	698,0	730,4	512,2	0,0	512,2	60,7	71,1	62,2	69,4	4,7	-28,1	-1,0	
Outros subsectores das Administrações Públicas	69,8	69,8	77,1	56,2	81,4	0,0	81,4	47,8	135,2	-	116,7	-27,2	68,0	0,2	
Outras transferências	668,3	668,3	620,8	674,3	430,8	0,0	430,8	62,1	64,5	28,8	64,5	8,6	-36,1	-1,2	
Outras despesas de capital	29,5	19,3	40,9	26,7	21,1	0,0	14,5	87,9	27,7	-	75,5	-34,6	-69,5	-0,1	
Despesa efetiva	24.420,3	29.038,7	21.250,7	20.937,7	20.280,2	3.376,8	23.581,6	80,2	83,0	71,6	81,2	-1,5	-3,1	-3,1	
Saldo global	994,4	-199,4	466,7	1.042,5	1.112,0	-703,3	408,7								
<i>Por memória:</i>															
Despesas de anos anteriores			804,6	1059,7	1.026,3	310,3	1.336,6								
Despesa primária	24.401,3	27.891,1	21.240,8	20.922,2	20.242,5	2.751,3	22.918,5								
Saldo primário	1.013,4	948,3	476,6	1.058,0	1.149,7	-77,9	1.071,8								
Saldo corrente	398,0	268,3	425,9	625,6	883,0	17,3	900,3								
Saldo de capital	596,5	-467,7	40,7	416,8	229,0	-720,6	-491,6								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.099,0	799,9	229,3	605,2	304,0	-27,7	276,4								
<i>dos quais Receitas de:</i>															
Alienação de partes de Capital	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Outros Ativos	1.099,0	1.398,1	473,7	2.557,2	2.381,9	118,9	2.500,8								
Passivos financeiros líquidos de amortizações	137,1	1.083,3	1.524,2	14,3	9,8	807,8	817,7								
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior			1.761,6	451,6	817,8	132,1	950,0								

Nota: As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Organismos com execução orçamental em falta:

2011

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P

2012

PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegetico e de Educação Ambiental, CIRPL, Empresa de Meios Aereos, SA, Instituto Português do Sangue e da Transplantação

Fonte: Ministério das Finanças

11 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (janeiro a novembro)

€ Milhões

	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	Contrib. VH (pp)
	Objetivo 2012 O.Rectificativo	Execução		Grau de Execução (%)		VH (%)		
Receita corrente	8.058,7	7.852,1	7.393,7	89,4	91,7	1,2	-5,8	-5,4
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	3.464,3	3.463,0	3.025,0	83,6	87,3	-5,8	-12,6	-5,2
Quotas e contribuições para a CGA	2.900,5	2.944,1	2.570,7	87,5	88,6	-2,0	-12,7	-4,4
Compensação por pagamento de pensões	560,9	518,8	454,3	66,7	81,0	-23,0	-12,4	-4,3
Subsectores das Administrações Públicas	509,2	474,7	434,5	86,9	85,3	0,6	-8,5	-0,5
Outras entidades	51,7	44,2	19,8	19,1	38,4	-78,1	-55,1	-0,3
Transferências Correntes	4.443,9	4.263,9	4.217,5	95,4	94,9	6,8	-1,1	-0,5
Orçamento do Estado	4.436,9	4.247,2	4.208,3	95,4	94,8	6,5	-0,9	-0,5
Comparticipação do Orçamento do Estado	4.191,0	4.013,6	3.962,4	95,5	94,5	7,0	-1,3	-0,6
Compensação por pagamento de pensões	245,9	233,6	245,9	93,3	100,0	-1,3	5,3	0,1
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	171,8	155,4	165,1	93,0	96,1	-1,4	6,3	0,1
Subvenções vitalícias	7,9	7,1	6,2	92,1	79,0	-14,8	-12,0	0,0
Pensões de preço de sangue	28,9	29,8	28,9	94,2	100,0	-1,8	-3,1	0,0
Outras	37,3	41,3	45,7	94,1	122,4	2,3	10,5	0,1
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Outras transferências correntes	7,0	16,7	9,2	93,4	130,9	199,6	-45,1	-0,1
Outras receitas correntes	150,5	125,3	151,3	72,6	100,5	37,0	20,8	0,3
Receita de capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-5,9
Transferências de Capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-5,9
Outras entidades	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-5,9
Receita Efectiva	8.621,8	8.446,3	7.490,5	89,8	86,9	8,8	-11,3	-11,3
Despesa Corrente	8.239,3	8.128,0	7.357,1	93,1	89,3	3,3	-9,5	-9,3
Despesas com o pessoal	8,2	7,1	6,2	92,2	76,0	4,2	-12,2	0,0
Aquisição de bens e serviços	32,7	20,5	19,5	49,3	59,5	-6,0	-5,1	0,0
Juros e outros encargos	4,3	8,3	0,5	38,7	11,3	116,6	-94,2	-0,1
Transferências	8.190,8	8.090,5	7.330,0	93,4	89,5	3,3	-9,4	-9,2
Pensões e abonos da responsabilidade de:						-	-	
Caixa Geral de Aposentações	7.390,2	7.292,6	6.602,9	93,6	89,3	5,2	-9,5	-8,3
Orçamento do Estado	238,4	224,7	231,3	92,8	97,0	-2,0	2,9	0,1
Outras entidades	560,9	573,1	495,2	92,0	88,3	-15,0	-13,6	-0,9
Outras transferências correntes	1,3	0,2	0,5	14,1	39,2	25,6	177,1	-
Outras despesas correntes	3,3	1,5	1,0	65,6	29,6	76,6	-35,0	0,0
Despesa de Capital	0,0	144,2	0,0	-	-	-	-	-
Despesa efectiva	8.239,3	8.272,1	7.357,1	93,2	89,3	5,1	-11,1	-11,1
Saldo global	382,5	174,2	133,4					
<i>Por memória:</i>								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	382,5	375,0	4,7					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	-200,8	128,7					

Fonte: Ministério das Finanças

12 - Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas			
2011													
novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1	
dezembro	377.747	75.382	138.648	896	591.777	3,5	0,1	1,1	12,7	2,5	1.087,1	1,4	
2012													
janeiro	378.477	75.381	138.644	912	592.502	3,3	0,1	1,1	-3,3	2,3	1.074,8	1,9	
fevereiro	379.557	75.384	138.827	1.065	593.768	3,3	0,2	1,2	6,8	2,4	1.080,9	1,6	
março	380.009	75.439	139.183	1.072	594.631	3,2	0,2	1,4	4,3	2,4	1.083,2	1,7	
abril	380.486	75.467	139.319	1.281	595.272	3,0	0,4	1,4	22,5	2,3	1.078,8	0,2	
maio	381.329	75.435	139.536	1.070	596.300	2,9	0,4	1,5	15,3	2,2	1.078,8	0,6	
junho	382.265	75.476	139.869	977	597.610	2,8	0,6	1,6	17,4	2,2	1.080,4	1,1	
julho	383.153	75.502	140.055	849	598.710	2,7	0,6	1,6	8,8	2,2	1.269,3	-39,1	
agosto	384.236	75.505	140.413	741	600.154	2,8	0,6	1,7	-6,7	2,3	1.077,3	0,6	
setembro	385.392	75.465	140.308	920	601.165	2,9	0,6	1,7	15,7	2,3	1.076,2	-0,2	
outubro	386.355	75.419	140.373	832	602.147	3,0	0,5	1,8	2,5	2,4	1.085,6	0,2	
novembro	386.944	75.313	140.552	812	602.809	2,8	-0,1	1,6	-2,3	2,2	1.272,2	-38,8	

Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)	Subscritores	
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total				Número	VH (%)
2011											
novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1	561.570	-4,7
dezembro	1.315	100	258	138	456	2.267	-9,9	1.379	12,1	559.164	-4,6
2012											
janeiro	1.031	67	181	156	206	1.641	-34,3	1.483	9,1	556.738	-4,6
fevereiro	1.437	58	223	131	299	2.148	13,1	1.479	-3,4	555.064	-4,5
março	799	59	252	209	260	1.579	-7,0	1.312	-1,9	550.279	-5,0
abril	574	49	223	416	524	1.786	-22,5	1.179	2,9	548.983	-4,9
maio	570	56	205	437	613	1.881	-14,7	1.059	-5,1	547.338	-4,9
junho	680	82	259	308	625	1.954	1,3	1.024	-10,0	545.729	-4,8
julho	556	59	549	315	284	1.763	-7,0	1.125	-5,3	544.153	-4,8
agosto	428	46	742	273	338	1.827	21,2	1.047	-19,9	542.325	-4,8
setembro	752	57	473	359	395	2.036	27,5	1.202	-14,1	537.842	-4,9
outubro	891	38	219	311	290	1.749	17,0	1.379	2,8	536.095	-4,9
novembro	709	32	138	244	172	1.295	-44,2	1.531	24,2	534.270	-4,9

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

13 - Programas Orçamentais -Administração Central

Execução dos Programas Orçamentais (janeiro a novembro) (1)			€ Milhões
Designação	2012		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	2.978,2	2.683,6	90,1
Governação e Cultura	794,0	581,9	73,3
Finanças e Administração Pública	17.195,9	15.200,1	88,4
Gestão da Dívida Pública	7.419,0	6.806,7	91,7
Representação Externa	398,3	325,8	81,8
Defesa	2.165,6	1.509,2	69,7
Segurança Interna	2.007,7	1.624,5	80,9
Justiça	1.682,2	1.344,9	79,9
Economia e Emprego	4.337,3	3.193,0	73,6
Agricultura, Mar e Ambiente	2.160,7	1.440,4	66,7
Saúde	19.319,2	17.290,1	89,5
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6.340,2	5.555,0	87,6
Ciência e Ensino Superior	3.557,1	2.959,7	83,2
Solidariedade e Segurança Social	7.330,8	6.695,7	91,3
Despesa efetiva	77.686,1	67.210,6	86,5

Nota: (1) Valores não consolidados - não são excluídas transferências intra e inter-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

14 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Ótica de Compromissos (janeiro a novembro)				€ Milhões
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros			
Subsídio de investimento	17,2	28,6	66,3	0,1
Prestação de serviços	91,5	141,4	54,5	0,6
Próprio ano	46,5	86,3	85,6	0,5
Anos anteriores	45,0	55,1	22,4	0,1
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	7.425,5	8.317,5	12,0	11,6
Transferências correntes obtidas da Administração Local	31,3	33,1	5,8	0,0
Outros proveitos operacionais	12,0	10,6	-11,7	0,0
Próprio ano	8,1	8,4	3,7	0,0
Anos anteriores	3,9	2,2	-43,6	0,0
Proveitos e ganhos financeiros	0,4	0,9	125,0	0,0
Próprio ano	0,4	0,8	100,0	0,0
Anos anteriores	0,0	0,1		
Outras receitas	116,4	146,2	25,6	0,4
Próprio ano (inclui rec. SNS)	113,9	142,7	25,3	0,4
Anos anteriores	2,5	3,5	40,0	0,0
Receita cobrada	7.694,3	8.678,3	12,8	
Despesas com o pessoal	898,5	751,2	-16,4	-1,8
Compras	93,5	97,1	3,9	0,0
Fornecimentos e serviços	173,8	187,6	7,9	0,2
Subcontratos	6.620,3	6.284,1	-5,1	-4,2
Produtos vendidos em farmácias	1.276,6	1.146,7	-10,2	-1,6
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	672,5	640,0	-4,8	-0,4
Outros subcontratos	504,1	589,9	17,0	1,1
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	4.167,1	3.907,5	-6,2	-3,3
Imobilizações	75,3	55,4	-26,4	-0,2
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	119,5	64,8	-45,8	-0,7
Despesa paga do ano e de anos anteriores	7.980,9	7.440,2	-6,8	
Saldo	-286,6	1.238,1		

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem ao custo do ano

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

15 - Execução Orçamental da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro a novembro)

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo	2010	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
		Milhões de Euros			Grau de Execução (%)		2011	2012	
Receita corrente	24.406,0	21.560,3	21.312,8	21.231,8	88,8	87,0	-1,1	-0,4	-0,4
Contribuições e quotizações	13.033,4	12.048,4	12.307,4	11.716,1	87,3	89,9	2,1	-4,8	-2,8
IVA Social e do Plano de Emergência Social	948,8	639,6	655,6	774,0	91,7	81,6	2,5	18,1	0,6
Transferências correntes da Administração Central	8.056,1	7.226,0	6.303,9	6.626,4	90,8	82,3	-12,8	5,1	1,5
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	7.338,9	7.083,0	6.161,2	5.977,3	91,7	81,4	-13,0	-3,0	-0,9
Transferências do Fundo Social Europeu	1.371,1	904,5	1.136,9	1.173,5	84,5	85,6	25,7	3,2	0,2
Outras receitas correntes	996,6	741,9	909,2	941,8	100,8	94,5	22,6	3,6	0,2
Receita de capital	26,3	26,1	3,4	5,0	8,0	19,0	-87,0	46,2	0,0
Venda de Bens de Investimento	20,0	23,4	2,3	2,5	6,5	12,7	-90,2	10,1	0,0
Transferências do Orçamento de Estado	6,2	2,6	1,1	2,4	15,1	38,9	-56,9	119,7	0,0
Outras receitas de capital	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	122,1	-100,0	-	-
Receita Efetiva	24.432,3	21.586,4	21.316,2	21.236,8	88,6	86,9	-1,3	-0,4	-0,4
Despesa Corrente	24.357,4	20.362,4	20.334,6	21.096,9	86,1	86,6	-0,1	3,7	3,7
Prestações Sociais	21.302,4	18.294,5	18.143,2	18.687,0	86,4	87,7	-0,8	3,0	2,7
Pensões	14.429,4	12.019,4	12.396,0	12.581,2	85,3	87,2	3,1	1,5	0,9
Sobrevivência	2.000,1	1.741,0	1.676,6	1.723,0	85,2	86,1	-3,7	2,8	0,2
Invalidez	1.377,4	1.207,1	1.199,9	1.173,2	85,2	85,2	-0,6	-2,2	-0,1
Velhice	11.011,6	9.045,9	9.485,2	9.651,5	85,4	87,6	4,9	1,8	0,8
Beneficiários dos antigos combatentes	40,3	25,5	34,2	33,5	0,0	83,2	34,3	-1,9	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	669,0	902,5	618,1	610,7	90,7	91,3	-31,5	-1,2	0,0
Subsídio por doença	426,5	412,4	415,8	384,4	91,6	90,1	0,8	-7,5	-0,2
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.565,4	2.045,8	1.909,0	2.360,1	89,9	92,0	-6,7	23,6	2,2
Complemento Solidário para Idosos	274,0	242,8	249,8	249,5	90,3	91,1	2,9	-0,1	0,0
Outras prestações	807,7	741,7	771,8	747,5	90,2	92,6	4,1	-3,2	-0,1
Ação social	1.737,5	1.444,7	1.402,1	1.394,8	84,3	80,3	-3,0	-0,5	0,0
Rendimento Social de Inserção	393,0	485,1	380,6	358,7	90,6	91,3	-21,5	-5,8	-0,1
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	522,2	0,0	0,0	479,5	91,8	-	-	-	-
Administração	338,9	339,7	299,4	254,9	79,1	75,2	-11,9	-14,8	-0,2
Outras despesas correntes	600,0	625,7	593,0	557,6	92,1	92,9	-5,2	-6,0	-0,2
dos quais:									
Transferências e subsídios correntes	597,5	625,7	593,0	557,6	92,1	93,3	-5,2	-6,0	-0,2
Ações de Formação Profissional	1.593,9	1.102,6	1.299,1	1.117,9	81,3	70,1	17,8	-13,9	-0,9
dos quais:									
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.382,3	896,5	1.082,4	974,0	79,1	70,5	20,7	-10,0	-0,5
Despesa de Capital	40,8	19,8	18,6	24,7	38,9	60,6	-6,4	33,1	0,0
PIDDAC	6,2	8,0	0,8	1,8	11,2	29,3	-89,7	121,6	0,0
Outras	34,6	11,8	17,7	22,9	38,6	66,2	50,5	29,0	0,0
Despesa efetiva	24.398,2	20.382,3	20.353,2	21.121,6	86,0	86,6	-0,1	3,8	3,8
Saldo global	34,1	1.204,2	963,1	115,2					
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	763,0	549,7	779,7	1.395,2					
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-728,9	654,4	183,4	-1.280,1					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Notas:

Os valores relativos ao ano anterior foram objecto de ajustamento à informação divulgada na Síntese de Execução Orçamental deste ano, em virtude de operações de consolidação anual e revisão de elementos em sede de encerramento de contas.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

15 a)- Execução Orçamental da Segurança Social por Classificação Económica

Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro a novembro)

	Objetivo Orçamento Retificativo	2010	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2012	
		Milhões de Euros				Grau de Execução (%)		VH (%)		Contrib. VH (pp)
Receita corrente	24.405,5	21.560,3	21.312,8	21.231,3	88,7	87,0	-1,1	-0,4	-0,4	
Receitas fiscais	948,8	639,6	655,6	774,0	91,7	81,6	2,5	18,1	0,6	
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	
Impostos indiretos	948,8	639,6	655,6	774,0	91,7	81,6	2,5	18,1	0,6	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	13.033,4	12.048,4	12.307,4	11.716,1	87,2	89,9	2,1	-4,8	-2,8	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	96,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	
Transferências Correntes	9.581,7	8.255,6	7.594,3	7.961,0	89,8	83,1	-8,0	4,8	1,7	
Outros subsectores das Administrações Públicas	8.058,3	7.223,0	6.308,4	6.629,5	90,7	82,3	-12,7	5,1	1,5	
União Europeia	1.371,3	904,5	1.136,9	1.173,5	84,5	85,6	25,7	3,2	0,2	
Outras transferências	152,1	128,1	149,1	158,0	91,8	103,9	16,4	6,0	0,0	
Outras receitas correntes	744,8	616,7	755,6	780,1	118,4	104,7	22,5	3,3	0,1	
Receita de capital	26,8	26,1	3,4	5,5	8,0	20,4	-87,0	61,0	0,0	
Venda de bens de investimento	20,0	23,4	2,3	2,5	6,6	12,7	-90,2	10,1	0,0	
Transferências de capital	6,3	2,7	1,1	2,4	14,9	38,8	-58,7	121,1	0,0	
Outros subsectores das Administrações Públicas	6,2	2,6	1,1	2,4	15,1	38,9	-56,9	119,7	0,0	
União Europeia	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	28,6	-100,0	-	0,0	
Outras transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	
Outras Receitas de Capital	0,5	0,0	0,0	0,5	0,0	-	-	-	0,0	
Receita efetiva	24.432,3	21.586,4	21.316,2	21.236,8	88,6	86,9	-1,3	-0,4	-0,4	
Despesa corrente	24.268,8	20.312,2	20.302,8	21.061,9	86,2	86,8	-0,0	3,7	3,7	
Despesas com o pessoal	287,3	320,2	277,8	230,2	81,0	80,1	-13,3	-17,1	-0,2	
Aquisição de bens e serviços	106,8	92,4	77,6	66,3	66,0	62,1	-15,9	-14,6	-0,1	
Juros e outros encargos	7,1	2,8	2,2	2,1	34,1	29,7	-19,7	-5,2	-0,0	
Transferências correntes	23.242,2	19.245,0	19.244,4	20.186,1	86,3	86,9	-0,0	4,9	4,6	
Outros subsectores das Administrações Públicas	1.605,2	1.109,3	1.210,7	1.134,9	79,6	70,7	9,1	-6,3	-0,4	
Outras transferências	21.637,0	18.135,6	18.033,7	19.051,1	86,8	88,0	-0,6	5,6	5,0	
Subsídios	611,9	643,0	693,0	566,6	91,4	92,6	7,8	-18,2	-0,6	
Outras despesas correntes	13,4	8,9	7,8	10,6	64,4	79,6	-12,8	37,1	0,0	
Despesa de capital	129,4	70,0	50,4	59,7	45,4	46,1	-28,0	18,5	0,0	
Investimento	36,5	13,7	13,8	20,2	28,8	55,2	0,5	46,0	0,0	
Transferências de capital	92,9	56,3	36,6	39,5	58,0	42,5	-35,0	8,1	0,0	
Outros subsectores das Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	
Outras transferências	92,9	56,3	36,6	39,5	58,0	42,5	-35,0	8,1	0,0	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	
Despesa efetiva	24.398,2	20.382,3	20.353,2	21.121,6	86,0	86,6	-0,1	3,8	3,8	
Saldo global	34,1	1.204,2	963,1	115,2						
<i>Por memória:</i>										
Despesas de anos anteriores										
Despesa primária	24.391,1	20.379,5	20.350,9	21.119,5						
Saldo primário	41,3	1.207,0	965,3	117,3						
Saldo corrente	136,8	1.248,1	1.010,1	169,4						
Saldo de capital	-102,6	-43,9	-47,0	-54,2						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	763,0	549,7	779,7	1.395,2						
<i>dos quais Receitas de:</i>										
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0						
Outros Ativos	15.602,3	6.937,2	4.944,1	9.494,4						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	0,0						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-728,9	654,4	183,4	-1.280,1						

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

16 - Administração Regional

Execução Orçamental da Administração Regional (janeiro a novembro)

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores				R. Autónoma da Madeira				Administração Regional			
	Ano	novembro		VH (%)	Ano	novembro		VH (%)	Ano	novembro		VH (%)
	2011	2011	2012		2011	2011	2012		2011	2011	2012	
Receita corrente	714,6	652,2	581,3	-10,9	1.015,9	898,6	779,2	-13,3	1.730,5	1.550,8	1.360,6	-12,3
Receita Fiscal	501,8	448,6	384,5	-14,3	667,2	577,7	549,6	-4,9	1.169,0	1.026,3	934,0	-9,0
Impostos diretos	192,1	163,8	139,6	-14,8	258,8	214,5	198,2	-7,6	450,9	378,3	337,8	-10,7
<i>dos quais:</i>												
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	145,9	125,3	118,6	-5,3	183,0	150,1	150,5	0,3	328,9	275,4	269,0	-2,3
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	46,1	38,4	21,0	-45,3	72,0	60,6	47,7	-21,3	118,1	99,0	68,7	-30,6
Impostos indiretos	309,8	284,8	244,9	-14,0	408,4	363,2	351,3	-3,3	718,1	648,0	596,2	-8,0
<i>dos quais:</i>												
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	193,0	176,5	151,4	-14,2	266,7	243,5	233,9	-3,9	459,8	420,0	385,3	-8,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,8	4,2	3,4	-19,0	6,3	5,6	4,8	-14,3	11,1	9,8	8,2	-16,3
Taxas, Multas e Outras Penalidades	18,5	18,0	17,3	-3,9	24,9	19,6	24,6	25,5	43,4	37,7	41,9	11,1
Rendimentos da Propriedade	2,6	1,9	1,5	-21,1	4,3	3,2	9,3	190,6	6,9	5,1	10,8	111,8
Transferências Correntes	167,1	163,0	155,4	-4,7	285,7	280,7	157,1	-44,0	452,7	443,6	312,5	-29,6
Administração Central - Estado	146,0	146,0	139,0	-4,8	242,2	238,7	129,0	-46,0	388,2	384,7	268,0	-30,3
Outros subsectores das AP	13,1	12,4	8,3	-33,1	16,0	15,6	13,4	-14,1	29,1	28,0	21,7	-22,5
Resto do mundo	7,4	4,0	7,1	77,5	27,4	26,1	14,0	-46,4	34,8	30,1	21,2	-29,6
Outras transferências	0,6	0,5	1,0	100,0	0,0	0,3	0,6	100,0	0,7	0,8	1,6	100,0
Venda de bens e serviços correntes	15,3	13,1	17,6	34,4	9,4	8,5	12,8	50,6	24,7	21,6	30,4	40,7
Reposições não abatidas nos pagamentos	2,3	2,2	0,9	-59,1	1,0	1,0	1,0	0,0	3,3	3,2	1,9	-40,6
Outras receitas correntes	2,2	1,2	0,8	-33,3	17,2	2,3	20,0	769,6	19,4	3,5	20,8	494,3
Receita de capital	318,7	278,6	282,7	1,5	65,1	57,8	92,4	59,9	383,8	336,4	375,1	11,5
Venda de Bens de Investimento	0,3	0,4	0,1	-75,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,5	0,5	0,2	-60,0
Transferências de Capital	318,2	278,2	282,1	1,4	64,7	57,5	92,2	60,3	383,0	335,6	374,3	11,5
Administração Central - Estado	206,2	206,0	187,5	-9,0	8,5	8,4	45,8	445,2	214,7	214,4	233,3	8,8
Outros subsectores das AP	0,4	0,2	4,5	2.150,0	4,6	0,2	5,6	2.700,0	4,9	0,4	10,1	2.425,0
Resto do mundo	111,6	71,8	88,2	22,8	51,6	48,8	40,7	-16,6	163,2	120,6	128,9	6,9
Outras transferências	0,2	0,1	2,0	1.900,0	0,1	0,1	0,0	-100,0	0,2	0,2	2,0	900,0
Outras receitas de capital	0,1	0,1	0,5	400,0	0,3	0,2	0,0	-100,0	0,3	0,3	0,5	66,7
Receita Efetiva	1.033,3	930,8	864,1	-7,2	1.081,0	956,5	871,6	-8,9	2.114,3	1.887,3	1.735,7	-8,0
Despesa Corrente	860,5	763,4	677,2	-11,3	945,4	847,6	909,4	7,3	1.805,9	1.610,9	1.586,6	-1,5
Despesas com o pessoal	375,9	344,7	292,7	-15,1	390,0	356,6	311,4	-12,7	766,0	701,2	604,1	-13,8
Aquisição de bens e serviços	167,6	111,0	97,5	-12,2	179,8	156,7	245,6	56,7	347,4	267,7	343,1	28,2
Juros e outros encargos	13,6	12,9	26,2	103,1	43,1	37,3	55,1	47,7	56,7	50,2	81,3	62,0
Transferências	242,5	235,0	225,4	-4,1	287,5	254,5	259,0	1,8	530,0	489,4	484,5	-1,0
Subsectores das AP	7,3	10,9	1,6	-85,3	0,5	0,5	0,3	-40,0	7,8	11,4	1,9	-83,3
Outras transferências	235,2	224,1	223,9	-0,1	287,0	254,0	258,7	1,9	522,2	478,1	482,6	0,9
Subsídios	47,3	47,6	24,3	-48,9	25,4	24,1	17,2	-28,6	72,7	71,8	41,5	-42,2
Outras despesas correntes	13,6	12,2	11,1	-9,0	19,6	18,5	21,1	14,1	33,1	30,6	32,1	4,9
Despesa de Capital	196,3	161,3	133,6	-17,2	124,8	121,6	89,4	-26,5	321,1	282,9	223,0	-21,2
Aquisição de bens de capital	88,5	62,1	35,3	-43,2	94,6	92,3	57,6	-37,6	183,1	154,4	92,9	-39,8
Transferências	107,4	98,8	97,9	-0,9	30,2	29,3	31,8	8,5	137,6	128,1	129,8	1,3
Subsectores das AP	14,1	13,6	8,6	-36,8	5,0	4,9	5,1	4,1	19,1	18,6	13,7	-26,3
Outras transferências	93,3	85,2	89,4	4,9	25,2	24,4	26,7	9,4	118,5	109,6	116,1	5,9
Outras despesas de capital	0,4	0,4	0,3	-25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	0,3	-25,0
Despesa efetiva	1.056,8	924,6	810,8	-12,3	1.070,2	969,2	998,8	3,1	2.127,0	1.893,8	1.809,6	-4,4
Saldo global	-23,5	6,2	53,3		10,9	-12,7	-127,2		-12,6	-6,6	-73,9	
<i>Por memória:</i>												
Despesa primária	1.043,2	911,7	784,6	-13,9	1.027,0	931,9	943,7	1,3	2.070,2	1.843,6	1.728,3	-6,3
Saldo primário	-9,9	19,1	79,5		54,0	24,5	-72,1		44,1	43,6	7,4	
Saldo corrente	-145,9	-111,2	-95,8		70,6	51,0	-130,2		-75,3	-60,1	-226,0	
Saldo de capital	122,4	117,3	149,1		-59,7	-63,8	3,0		62,7	53,5	152,1	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,6	0,6	0,4		7,4	7,0	247,9		8,0	7,6	248,3	
<i>dos quais Receitas de:</i>												
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	-0,6	-0,6	-0,1		-1,5	-1,0	-0,5		-2,0	-1,6	-0,7	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	23,0	0,0	0,7		5,6	-13,7	637,0		28,6	-13,7	637,8	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-1,1	5,6	53,7		9,1	-33,5	261,9		8,0	-27,9	315,5	

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

17 - Administração Local

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a novembro)

€ Milhões

	Ano	Universo Real		Universo Comparável		Var. Abs.	Var. Cad. (%)
		2012		2012			
	2011	out	nov	out	nov	nov [a]	
Receita corrente	5.658,1	4.706,5	4.737,1	4.282,7	4.611,6	328,9	-54,7
Receita Fiscal	2.247,8	2.017,8	1.990,8	1.849,4	1.940,0	90,6	
Impostos diretos	2.113,6	1.907,2	1.877,0	1.747,3	1.828,3	81,0	
Imposto Municipal sobre Transmissões	501,9	324,1	334,1	298,1	325,7	27,7	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.167,9	1.159,6	1.121,8	1.057,0	1.091,0	34,1	
Imposto Municipal sobre Veículos	183,8	171,7	177,0	155,8	172,0	16,2	
Derrama	251,8	248,8	241,1	234,0	236,7	2,7	
Outros	8,2	2,9	3,0	2,5	2,9	0,4	
Impostos indiretos	134,1	110,6	113,8	102,1	111,7	9,6	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	234,2	165,8	177,6	157,1	175,9	18,8	
Rendimentos da Propriedade	259,3	198,0	196,2	181,1	190,6	9,5	
Transferências Correntes	2.137,3	1.685,8	1.715,8	1.514,0	1.665,3	151,3	
Lei das Finanças Locais	1.662,1	1.300,0	1.329,2	1.178,9	1.297,0	118,1	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.132,4	860,3	875,8	776,5	854,6	78,1	
Fundo Social Municipal	153,2	117,0	119,2	105,3	115,7	10,4	
Participação IRS	376,5	322,7	334,2	297,1	326,8	29,7	
Outros subsectores das AP	422,0	342,0	343,9	296,0	326,4	30,3	
Resto do mundo	23,1	19,5	17,7	16,0	17,4	1,4	
Outras transferências	30,1	24,4	25,0	23,0	24,5	1,5	
Venda de bens e serviços correntes	704,5	584,9	609,7	539,8	595,1	55,3	
Reposições não abatidas nos pagamentos	13,1	6,8	7,4	6,3	7,1	0,8	
Outras receitas correntes	62,0	47,3	39,6	35,0	37,6	2,6	
Receita de capital	1.624,8	1.232,0	1.278,4	1.121,7	1.251,6	129,9	-2,2
Venda de Bens de Investimento	84,2	48,1	53,0	45,9	52,8	6,9	
Transferências de Capital	1.522,8	1.171,6	1.212,3	1.064,2	1.185,6	121,4	
Lei das Finanças Locais	728,6	558,9	566,8	503,6	553,6	50,1	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	728,6	558,9	566,8	503,6	553,6	50,1	
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros subsectores das AP	101,8	52,1	52,7	48,8	52,3	3,5	
Resto do mundo	677,8	541,5	571,0	492,9	557,9	65,0	
Outras transferências	14,6	19,0	21,8	19,0	21,8	2,8	
Outras receitas de capital	17,8	12,3	13,1	11,5	13,1	1,6	
Receita Efetiva	7.282,9	5.938,4	6.015,6	5.404,4	5.863,2	458,8	-46,6
Despesa Corrente	5.032,6	3.776,5	3.895,8	3.420,4	3.795,2	374,7	-5,2
Despesas com o pessoal	2.365,0	1.681,9	1.747,6	1.523,7	1.707,1	183,4	
Aquisição de bens e serviços	1.789,4	1.440,9	1.471,7	1.304,5	1.429,4	124,9	
Juros e outros encargos	141,5	116,0	115,6	105,7	114,4	8,8	
Transferências	477,8	348,1	358,6	310,4	346,1	35,7	
Subsectores das AP	219,4	158,0	162,1	137,9	155,9	18,0	
Outras transferências	258,3	190,0	196,5	172,5	190,2	17,7	
Subsídios	163,5	116,8	125,6	109,4	123,5	14,1	
Outras despesas correntes	95,4	72,9	76,6	66,8	74,6	7,8	
Despesa de Capital	2.042,4	1.446,2	1.503,8	1.333,0	1.478,4	145,4	-10,1
Aquisição de bens de capital	1.670,2	1.198,8	1.234,9	1.099,2	1.212,5	113,3	
Transferências	335,2	211,4	223,3	198,6	220,4	21,8	
Subsectores das AP	145,4	95,9	99,2	88,7	98,2	9,5	
Outras transferências	189,8	115,5	124,1	110,0	122,2	12,3	
Outras despesas de capital	37,0	36,1	45,6	35,2	45,6	10,4	
Despesa efetiva	7.075,0	5.222,7	5.399,6	4.753,5	5.273,6	520,1	-6,6
Saldo global	207,9	715,7	616,0	650,9	589,6	-61,3	
<i>Por memória:</i>							
Despesa primária	6.933,5	5.106,8	5.284,0	4.647,8	5.159,2	511,4	
Saldo primário	349,4	831,7	731,6	756,6	704,0	-52,6	
Saldo corrente	625,4	930,0	841,4	862,3	816,4	-45,8	
Saldo de capital	-417,6	-214,2	-225,4	-211,3	-226,9	-15,5	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	16,1	4,0	4,2	3,7	4,2	0,5	
<i>dos quais Receitas de:</i>							
Alienação de partes de Capital	-1,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	
Outros Ativos	-12,9	-14,4	-14,2	-14,1	-14,2	-0,1	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-140,7	-280,8	-301,1	-255,5	-296,1	-40,6	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	51,0	431,0	310,7	391,6	289,2	-102,4	
Taxa de particip. financiam. comunitário	40,6%	45,2%	46,2%	44,8%	46,0%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

[a] Valores mensais.

Universo completo: 308 Municípios

2011 (Univ. Real)

jan-dez (Ano): 308 Mun.

jan-nov: 308 Mun.

2012 (Univ. Real)

novembro: 274 Mun; Faltosos:

- Alandroal - Alenquer - Alijó - Aljustrel - Alvaiázere - Cabeceiras de Basto - Calheta (São Jorge) - Carrazada de Ansiães - Celorico de Basto - Crato - Faro - Gavião - Loures - Mação - Manteigas - Mira - Moimenta da Beira - Monforte - Montemor-o-Novo - Oliveira de Frades - Paços de Ferreira - Penamacor - Peso da Régua - Portalegre - Redondo - Santa Cruz - Santo Tirso - Tavira - Torres Novas - Vila de Rei - Vila Nova de Paiva - Vila Real de Santo António - Vila Verde - Vouzela

2012 (Univ. Comparável)

novembro: 268 Mun; Faltosos:

- Águeda - Alandroal - Alenquer - Alijó - Aljustrel - Alvaiázere - Amadora - Armamar - Barrancos - Cabeceiras de Basto - Caldas da Rainha - Calheta (São Jorge) - Carrazada de Ansiães - Celorico de Basto - Crato - Faro - Gavião - Loures - Mação - Manteigas - Mira - Moimenta da Beira - Monforte - Montemor-o-Novo - Oliveira de Frades - Paços de Ferreira - Penamacor - Peso da Régua - Portalegre - Redondo - Santa Cruz - Santo Tirso - Tavira - Torres Novas - Vila de Rei - Vila Nova de Paiva - Vila Pouca de Aguiar - Vila Real de Santo António - Vila Verde - Vouzela

18 - Dívida não Financeira da Administração Pública

Contas a Pagar, da Administração Central, em final de novembro de 2012

€ Milhões

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	0	2	2	1	4	0	2	2	0	2
Presidência do Conselho de Ministros	44	15	59	0	60	0	11	11	0	11
Finanças	2	14	16	1	17	0	-98	-99	1	-98
Negócios Estrangeiros	4	1	4	0	4	0	-38	-38	0	-38
Defesa Nacional	83	3	86	8	95	63	3	66	8	75
Administração Interna	39	0	39	3	41	27	-2	25	2	28
Justiça	30	15	45	11	57	-28	-1	-29	10	-19
Economia e Emprego	106	118	224	20	244	-75	36	-39	19	-20
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	27	78	105	8	114	0	-42	-42	5	-37
Saúde	17	2	19	1	19	16	2	18	1	18
Educação e Ciência	99	54	153	13	165	-58	44	-15	6	-9
Solidariedade e Segurança Social	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1
TOTAL	452	302	754	67	821	-54	-85	-139	53	-86

Nota: valores provisórios. Definições de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Os dados incluem as empresas públicas reclassificadas da Adm. Central

Fonte: Ministério das Finanças

Contas a Pagar a Entidades fora das AP (Stock no final do período)

€ Milhões

Subsector	2012											
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	
Administração Central	894	1044	986	1072	750	959	767	774	894	782	754	
Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Administração Regional	2.124	2.136	2.197	2.167	2.044	2.100	2.095	2.078	2.126	2.259	2.273	

Notas:

Valores para a Administração Central revistos por incorporação de informação anteriormente não reportada.

Valores para a Administração Local relativos a 2012 não disponíveis.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

€ Milhões

Subsector	2011	2012											
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro provisório	
Administrações Públicas													
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	162	190	204	191	179	135	155	129	122	120	96	105	
Subsector da Saúde	214	219	194	152	185	202	216	200	36	37	32	24	
Entidades públicas reclassificadas	58	51	50	45	46	61	48	39	39	33	30	-	
Administração Local	1.647	1.694	1.713	1.739	1.762	1.660	1.599	1.555	1.533	1.499	1.461	1.436	
Administração Regional	1.129	1.185	1.215	1.287	1.320	1.261	1.319	1.304	1.286	1.267	1.229	1.235	
Total	3.211	3.339	3.376	3.414	3.493	3.318	3.336	3.227	3.015	2.956	2.847	2.799	
Total consolidado	3.087	3.223	3.257	3.291	3.368	3.202	3.228	3.120	2.911	2.853	2.741	2.694	
Outras Entidades													
Empresas públicas não reclassificadas	20	11	18	19	26	32	34	32	40	46	54	-	
Hospitais EPE	1.616	1.695	1.697	1.856	1.948	1.996	1.877	1.806	1.086	1.044	1.028	1.018	
Administrações Públicas e outras entidades - Total	4.724	4.928	4.972	5.166	5.341	5.229	5.139	4.958	4.036	3.943	3.824	3.712	

Notas: Conceito de acordo com a definição da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012;

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

Glossário

A

Ativos financeiros (receita) – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

Ativos financeiros (despesa) – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

Administrações Públicas – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

B

Bens e serviços correntes – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

C

Cativação (ou congelamento) - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

Contabilidade Pública (ótica da) - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

Contribuição VH pp. - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

D

Despesa corrente primária - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa efetiva

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

Restantes subsectores - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

Despesa primária - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa com pessoal – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

Dotação corrigida – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

Estado – (em sentido estrito) Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

Execução orçamental – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

Glossário

F

Financiamento Nacional – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida (excluí as receitas provenientes de fundos comunitários).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

Fundo Social Europeu (FSE) – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

G

Grau de execução – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento rectificativo

I

Impostos diretos – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

Impostos indiretos – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

O

Outra despesa corrente – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

P

Padrão de segurança da despesa - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

Passivos financeiros (receita) - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

Passivos financeiros (despesa) - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avals ou garantias (*vide* Classificador Económico).

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

Programa orçamental – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (*vide* artigo 19º da LEO).

Q

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho do Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

Receita consignada – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita efetiva

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

Restantes subsectores - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

Receita própria – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

Receitas correntes - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

Receitas fiscais – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

Remunerações certas e permanentes – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

Rubrica de classificação económica – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

Saldo Corrente - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Saldo Primário - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

Saldo orçamental – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excepcional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

Transferências correntes – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

Transferências de capital – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).

VH - Taxa de variação homóloga - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.